



RELATÓRIO E CONTAS 2020

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
VALORES CARACTERÍSTICOS	5
MISSÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	6
ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO E SECTORIAL	8
FACTOS RELEVANTES	14
DESEMPENHO	16
Exploração de Centrais Geotérmicas	21
Exploração de Recursos Geotérmicos	25
Exploração de Parques Eólicos	29
Exploração de Centrais Hidroelétricas	32
INVESTIMENTO	35
DOMÍNIO SOCIAL	39
DOMÍNIO AMBIENTAL	44
EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	48
PERSPETIVAS	59
INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E ÓRGÃOS SOCIAIS	60
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	73
BALANÇO	77
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	78
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	79
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	80
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	81
APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS	135
Relatório e parecer do conselho fiscal	136
Certificação legal de contas	139
Relatório de auditoria	143

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A EDA Renováveis apresentou em 2020 um resultado positivo de 9 951 mil euros, verificando-se um acréscimo de 6%, face ao valor registado no ano anterior e um desvio de -2%, relativamente ao projetado. O volume de negócios ascendeu a 28 370 mil euros.

Em 2020, a produção de energia elétrica da EDA Renováveis foi 280,2 GWh, mais 0,6%, do que o valor registado no ano anterior. A produção de origem geotérmica foi de 193,2 GWh, superior em 0,9% à produção alcançada em 2019. A Produção de origem eólica foi de 56,9 GWh, -1,0% do que a verificada no ano anterior. E a produção hídrica atingiu os 30,2 GWh, 1,9%, acima do valor registado em 2019.

O ano de 2020 ficou inevitavelmente marcado pela pandemia Covid-19. A EDA Renováveis, tal como grande parte das empresas, viu a sua atividade condicionada por esta pandemia, principalmente no que respeita à realização do investimento, tendo promovido os ajustamentos necessários e sido dado particular atenção à continuidade do serviço prestado.

A exploração dos recursos geotérmicos nos campos geotérmicos da Ribeira Grande e do Pico Alto contribui para a realização da produção de 193,2 GWh, um acréscimo de 1,4% relativamente ao estabelecido em plano, apesar da avaria intempestiva ocorrida na turbina n.º 2 da Central Geotérmica do Pico Vermelho, que foi reparada pela equipa de manutenção da EDA Renováveis com assinalável sucesso durante o mês de junho.

No que concerne investimento, o ano de 2020 ficou marcado pelo início da campanha de perfuração na ilha de São Miguel, designadamente dos poços PV12, PV13, PV14, CL8, CL9, CL10 (campo geotérmico da Ribeira Grande), PA5, PA6 e PA7 (campo geotérmico do Pico Alto). Até 31 de dezembro de 2020 foram executados os poços PV12 e PV14, estando em curso, àquela data, a execução do poço PV13.

A produção de energia de origem eólica registou um decréscimo de 1,0%, face ao valor registado no ano anterior, em resultado de algumas indisponibilidades mais prolongadas como foi o caso do aerogerador número um do parque eólico dos Graminhais, na ilha de São Miguel, entre os meses de abril e agosto, bem como da menor disponibilidade do aerogerador número dois, do parque eólico da Boca da Vereda, na ilha das Flores, ambos com avarias a nível do alternador.

A exploração de recursos hídricos decorreu com normalidade, registou um acréscimo de 1,9%, face ao valor registado no ano de 2019, resultante de um ano hidrológico favorável e da

contribuição das centrais hídricas da Terceira, no seu primeiro ano completo de exploração após a remodelação das condutas forçadas, que atenuou o decréscimo de produção verificado na central hídrica de Além Fazenda parcialmente causado pela necessidade de intervenção na sua ponte canal durante o período de verão.

A concretização dos objetivos estabelecidos para 2020 contou com a colaboração da EDA, S.A., enquanto acionista majoritária da empresa, aqui se registando o nosso agradecimento.

Para finalizar reafirma-se o justo apreço a todos os trabalhadores da EDA Renováveis, pela dedicação demonstrada e empenho colocado na realização do seu trabalho, que se traduz no alcance de metas de produção de energia elétrica de origem renovável que se pretendem cada vez mais ambiciosas e nos resultados da empresa, com benefício para o Grupo EDA e para a Região.

VALORES CARACTERÍSTICOS

	2020	2019	2018	2017	2016
PRODUÇÃO ENERGIA ELÉCTRICA (GWh)	280	279	289	277	248
Geotérmica	193	192	204	193	152
Hídrica	30	30	27	29	31
Eólica	57	57	59	55	65
EQUIPAMENTO (nº)					
Centrais Geotérmicas	3	3	3	3	2
Centrais Hídricas	12	12	12	12	12
Parques Eólicos	7	7	7	7	7
POTÊNCIA INSTALADA (MW)	63	63	63	63	60
Centrais Geotérmicas	27	27	27	27	23
Centrais Hídricas	8	8	8	8	8
Parques Eólicos	29	29	29	29	29
INDICADORES (Mil Euros)					
Volume de Negócios	28 370	28 026	28 977	27 299	24 109
Resultado Operacional - EBIT	12 259	12 066	12 924	6 487	7 984
EBITDA	20 143	19 849	20 833	20 748	17 937
VAB	21 933	20 707	21 497	20 353	19 022
Resultado por ação (Euro)	2,09	1,97	2,12	1,83	1,30
Capital Próprio	113 000	108 630	105 179	100 709	97 125
Ativo Líquido	130 521	126 264	125 142	123 224	122 206
Investimento (ano)	13 622	2 887	2 996	3 529	12 322
Nº DE TRABALHADORES	70	60	54	53	49

MISSÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A EDA Renováveis tem por **Missão** o aproveitamento de recursos renováveis para a produção de eletricidade ou outros fins devendo, em articulação com a EDA, assegurar de forma sustentável o interesse da sociedade e das partes interessadas para o seu bom desempenho.

A **estratégia** da EDA Renováveis atende à sua responsabilidade social e promove a transição para uma economia de baixo carbono nos Açores. Considera o desenvolvimento de um portefólio de produção de eletricidade através de fontes renováveis, suportado em soluções diferenciadoras, ajustadas aos recursos naturais de cada uma das ilhas dos Açores.

O capital gerado pela empresa deve assegurar as necessidades de investimento para manutenção, renovação e crescimento da sua capacidade produtiva de modo a capturar as oportunidades provenientes da transição energética e a remunerar o capital acionista.



A estratégia é suportada na capacidade financeira e técnica da empresa e o seu sucesso depende desse binómio. Uma cultura organizacional alicerçada no conhecimento, nas boas práticas e na partilha de valor assegurará as competências necessárias para enfrentar os desafios e as dinâmicas do sector energético.

Assumindo a ética e a responsabilidade social e ambiental como **Valores** é nossa **Visão** que a aplicação das melhores práticas no desenvolvimento das atividades, assente na gestão de riscos e de oportunidades, nos proporcionará alcançar os **Objetivos Estratégicos** definidos nos Planos e Orçamentos da empresa:

- Assegurar a **Qualidade de Serviço e a Satisfação do Cliente** – assente na ideia de que a capacidade produtiva apenas assume valor enquanto realização da satisfação de uma necessidade;

- Promover o **Desenvolvimento Sustentável** – reconhecimento da relevância e do impacto da atividade da empresa nas vertentes ambiental, económica e social nos Açores;
- Garantir a **Solidez e Sustentabilidade Financeira** – determinante para a viabilização e garantia de retorno do projeto EDA Renováveis;
- Promover a **Inovação e a Modernização Tecnológica** – essencial no atual contexto de desenvolvimento tecnológico de descarbonização da economia e da transição energética e da digitalização e conectividade da economia;
- Garantir o **Desenvolvimento de Competências** – assegurar a capacitação e o bem-estar dos trabalhadores através da partilha de valor, do conhecimento e das boas práticas de integração e de suporte na empresa.

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO E SECTORIAL

A declaração de nível de “pandemia” de Covid-19 pela Organização Mundial de Saúde ocorreu em 11 de março de 2020. Na altura, a epidemia tinha atingido 118 mil casos de infeção, em 114 países e 4 291 mortes. Nos meses seguintes verificaram-se relevantes esforços de colaboração mundial ao nível da saúde pública, com o culminar da disponibilização de vacinas ainda no final do próprio ano de 2020. A União Europeia assumiu o importante papel de articulação dos estados-membros, com a tomada conjunta de medidas. Mas, inevitavelmente, a pandemia Covid-19 prejudicou profundamente a atividade económica e provocou uma crise global, afetando diferenciadamente os países, em função da relevância dos setores económicos mais suscetíveis de impactos pelas medidas de saúde pública e da capacidade de implementação de políticas económicas adequadas.

Em Portugal, a queda do Produto Interno Bruto (PIB) projetada para 2020, pelo Banco de Portugal (BP), no seu Boletim de dezembro de 2020 é de 8,1%. Os cenários traçados em março de 2020, no início da pandemia indicavam quedas entre [-3,7%; - 5,7%], valores estes inferiores ao que efetivamente se veio a verificar decorrente da gravidade das medidas de contenção da crise de saúde pública (confinamentos gerais e diminuição dos contactos) para a atividade económica.

A estimativa rápida (dados preliminares) do Eurostat, de fevereiro de 2021, indica um crescimento anual do PIB para 2020 de -6,8%, na zona Euro.

O Banco de Portugal, para 2020, no seu cenário base determina uma taxa de crescimento de -7,3% para a zona Euro e de -3,5%, para o PIB mundial.

No cenário base do Banco de Portugal, para os anos seguinte, verifica-se uma recuperação gradual da economia mundial condicionada pelos ressurgimentos das medidas de saúde pública e respetivos impactos na estrutura produtiva de cada país. Em Portugal perspetiva-se uma recuperação lenta. O turismo, indústria exportadora de serviços, é um importante fator de crescimento do PIB, sendo o seu condicionamento, pelo confinamento ou por medidas de distanciamento social, impactante na estrutura produtiva do país.

Projeções 2020-2023	Pesos	Taxa de variação anual em %				
		2019	2019	2020	2021	2022
Produto Interno Bruto	100,0	2,2	-8,1	3,9	4,5	2,4
Consumo privado	63,9	2,4	-6,8	3,9	3,3	1,9
Consumo público	16,9	0,7	0,4	4,9	0,4	0,7
Formação bruta de capital fixo	18,2	5,4	-2,8	4,4	5,2	2,0
Procura interna	99,8	2,7	-5,6	3,9	3,1	1,8
Exportações	43,5	3,5	-20,1	9,2	12,9	6,7
Importações	43,3	4,7	-14,4	8,8	9,1	5,1
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (pp)						
Procura interna		1,5	-2,6	2,6	1,5	0,8
Exportações de bens		0,2	-0,7	1,5	0,4	0,3
Exportações de serviços		0,5	-4,8	-0,2	2,6	1,3
Emprego (número de indivíduos)		0,8	-2,3	0	1,3	0,9
Emprego (horas trabalhadas)		1,2	-10,8	7,3	2,9	0,9
Taxa de desemprego		6,5	7,2	8,8	8,1	7,4
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,9	-0,6	0,5	2,3	2,7
Balança de bens e serviços (% PIB)		0,4	-1,6	-1,9	-0,5	0,1
Índice harmonizado preços no consumidor		0,3	-0,2	0,3	0,9	1,1
Bens energéticos		-1,7	-5,3	-2	0,9	0,5
Excluindo bens energéticos		0,5	0,3	0,6	0,9	1,1

Boletim Económico do Banco de Portugal (dezembro de 2019)

Projeções 2020-2023

Enquadramento internacional

		2019	2020	2021	2022	2023
PIB mundial	tva	2,7	-3,5	5,6	3,9	3,4
PIB Área do euro	tva	1,3	-7,3	3,9	4,2	2,1
Comércio mundial	tva	0,6	-9,5	7,1	4,3	3,6
Procura externa	tva	1,7	-13	7,1	5,6	3,7
Preço do petróleo em dólares	vma	64,0	41,6	44,0	45,7	46,9
Preço do petróleo em euros	vma	57,2	36,5	37,2	38,6	39,7

Condições monetárias e financeiras

Taxa de juro de curto prazo	%	-0,4	-0,4	-0,5	-0,5	-0,5
Taxa de juro da dívida pública	%	2,6	2,3	2,0	1,9	1,8
Índice de taxa de câmbio do euro	tva	-1,5	3,2	2,0	0,0	0,0
Taxa de câmbio euro-dólar	vma	1,1	1,1	1,2	1,18	1,2

 tva: taxa de variação anual em %;
 vma: valor médio anual

Taxa de juro de curto prazo: EURIBOR, 3 meses

Boletim Económico do Banco de Portugal (dezembro de 2019)

Projeções 2020-2023

	Taxa de variação anual em %			
	2020	2021	2022	2023
Procura externa				
Cenário base	-12,6	7,1	5,6	3,7
Cenário moderado	-12,2	11,5	5,4	4,0
Cenário severo	-13,3	1,1	4,5	5,6
Produto Interno Bruto				
Cenário base	-8,1	3,9	4,5	2,4
Cenário moderado	-8,0	5,9	4,8	2,0
Cenário severo	-8,2	1,3	3,1	2,4

Partindo do pressuposto de que as restrições impostas pela crise sanitária são gradualmente retiradas, a partir do primeiro trimestre de 2021 e de que a atividade económica ficará condicionada até ao início de 2022, as projeções do Banco de Portugal apontam para um crescimento do PIB de 3,9%, em 2021. Para 2022 é prevista uma recuperação mais acentuada, de 4,5%. Para 2023, a taxa de crescimento é de 2,4%.

A taxa de desemprego acompanha a recuperação da atividade económica com um agravamento em 2021 e uma lenta recuperação, nos próximos anos, mantendo-se em 2023 ainda acima do valor verificado em 2019.

O quadro alternativo à projeção base, considera um cenário moderado, mais favorável, assente numa diminuição das infeções e na implementação da solução médica até ao final de 2021, acompanhado de políticas económicas nacionais e europeias de resposta à pandemia eficazes. O cenário mais severo, enquadra a enorme incerteza deste exercício económico que depende determinadamente da evolução da pandemia e das medidas de contenção associadas, bem como das políticas económicas e da capacidade de reação dos agentes económicos.

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos¹, para efeitos de determinação dos proveitos permitidos das empresas reguladas, considerou um preço médio anual do petróleo de 36,76 euros, em 2020 e de 38,23 euros, em 2021. O preço das licenças de CO₂, com repercussão nos preços da eletricidade, regista uma tendência de subida, tendo em 2020 sido negociadas entre os 25 a 30 euros, à exceção dos preços verificados do primeiro trimestre do ano. A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos perspetiva um valor médio de 28,45 Eur/ton, nas tarifas para 2021.

Não menorizando os objetivos traçados, os efeitos deste contexto sugerem o início de uma época complexa, de mudança acelerada, que forçará necessariamente a avaliação e redefinição de projetos nas empresas.

Procura de Energia Elétrica, 2020 (MWh)

(Emissão para rede)

	2020	2019	2018	Var. 2020/2019	
Sta. Maria	20 176	20 328	20 646	-152	-1%
São Miguel	422 146	440 424	436 862	-18 277	-4%
Terceira	184 609	187 556	190 763	-2 946	-2%
Graciosa	13 384	13 444	13 440	-59	0%
São Jorge	27 730	28 575	28 902	-845	-3%
Pico	44 063	44 834	44 872	-771	-2%
Faial	44 592	45 574	46 316	-982	-2%
Flores	10 876	11 080	11 385	-205	-2%
Corvo	1 651	1 632	1 563	19	1%
Total	769 227	793 446	794 747	-24 219	-3%

Em 2020, a procura de Energia Elétrica nos Açores registou um decréscimo global de 3%, face ao valor registado em 2019.

Na ilha de São Miguel, que concentra cerca de 55% da procura, verificou-se um decréscimo de 4%. Na ilha Terceira, onde se concentra 24% da procura, registou-se um decréscimo de 2%.

O abastecimento de energia elétrica em cada uma das ilhas do arquipélago dos Açores é assegurado por sistema elétrico

autónomo e isolado, sem qualquer ligação a redes externas.

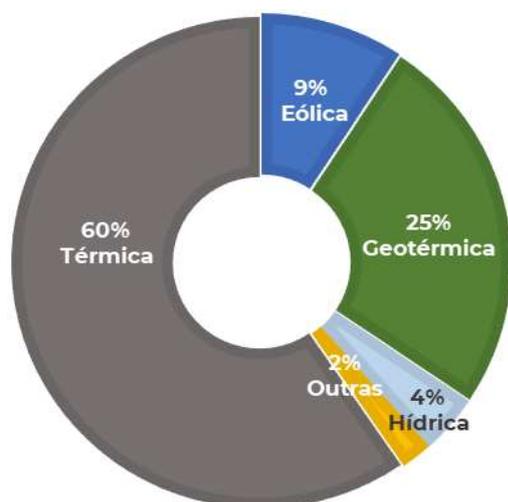
¹ Proveitos Permitidos e ajustamentos para 2021 das empresas reguladas do sector elétrico (dezembro de 2020)

Produção de Energia Elétrica, 2020 (MWh)

	Sta. Maria	São Miguel	Terceira	Graciosa	São Jorge	Pico	Faial	Flores	Corvo	Total
Renovável e Recursos Endógenos	2 533	209 347	69 841	8 132	3 209	6 112	6 256	5 319	0	310 749
Eólica	2 520	15 030	30 748	7 162	3 150	6 107	6 256	600	0	71 573
Geotérmica	0	169 448	23 742	0	0	0	0	0	0	193 189
Hídrica	0	23 848	1 629	0	0	0	0	4 712	0	30 188
Outras	13	1 022	13 722	970	58	5	0	8	0	15 798
Térmica	17 643	212 799	114 768	5 253	24 521	37 950	38 336	5 556	1 651	458 478
Total	20 176	422 146	184 609	13 384	27 730	44 063	44 592	10 876	1 651	769 227
Renováveis e Recursos Endógenos/Total	13%	50%	38%	61%	12%	14%	14%	49%	0%	40%
Emissão Ilha/Total	3%	55%	24%	2%	4%	6%	6%	1%	0%	100%
Emissão EDAR	2 520	208 325	48 563	0	3 150	6 107	6 256	5 312	0	280 238
Emissão EDAR/ Emissão Renovável	99,5%	99,5%	69,5%	0,0%	98,2%	99,9%	100,0%	99,9%	-	90,2%
Emissão EDAR/ Emissão Total	12,5%	49,3%	26,3%	0,0%	11,4%	13,9%	14,0%	48,8%	0,0%	36,4%

A concessionária da rede de transporte e distribuição assegura a gestão dos sistemas, condicionada pela primazia do regular abastecimento de energia elétrica em cada ilha, de acordo com os parâmetros de qualidade de serviço a que a está obrigada, privilegiando a integração de energia elétrica de origem renovável.

Por sua vez, a EDA Renováveis tem por objeto social o aproveitamento de recursos renováveis



para a produção de eletricidade ou outros fins. Na Região Autónoma dos Açores, cerca de 90% da eletricidade emitida para a rede com origem em fonte renovável ou de recursos endógenos foi da responsabilidade da EDA Renováveis.

A empresa possui atualmente 3 Centrais Geotérmicas, Ribeira Grande e Pico Vermelho, em São Miguel e Pico Alto, na Ilha Terceira, 7 parques eólicos instalados nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores e 12

centrais mini-hídricas, instaladas nas ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Flores.

A empresa detém a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados no concelho da Ribeira Grande, por um período de 25 anos, contados a partir de 16 de junho de 2020, passível de prorrogação, bem como a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados na zona no Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos, contados a partir de 7 de agosto de 2017, cuja área foi alargada em 6 de janeiro de 2021.

Detém também as concessões para a captação de água superficial, para produção de energia, na ilha de São Miguel relativa à Ribeira Grande, no local do Salto do Cabrito, pelo prazo de 35 anos, contados a partir de 16 de janeiro de 2008; à Ribeira Quente, nos locais de Tambores, Canário e Foz da Ribeira, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2018 e aos Túneis, contados a partir de 27 de outubro de 2015; bem como da Ribeira da Praia, nos locais da Fábrica Nova e da Ribeira da Praia, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 12 de janeiro de 2018. Detém igualmente, na ilha das Flores, a concessão para a captação de água superficial para a produção de energia hidroelétrica relativamente às Ribeiras de Além Fazenda, Badanela, Fazenda, Algares, do Meio e Cascalho, no concelho de Santa Cruz das Flores, Além Fazenda, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 16 de dezembro de 2019 e da Ribeira Grande, no concelho das Lajes das Flores, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 27 de setembro de 2018.

Os parques eólicos operam mediante as respetivas licenças de exploração.

A exploração dos recursos é feita mediante a atribuição de licença de produção de energia elétrica não vinculada ao serviço público, conforme previsto no Art.º 11º, do Decreto Legislativo Regional nº 15/96/A, de 1 de agosto. A licença é sujeita à condição de atribuição de licença prévia de estabelecimento, que é concedida após consulta ao concessionário do transporte e distribuição para determinação dos pontos de interligação e da tensão nominal nesses pontos.

A EDA Renováveis, enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis, tem de acordo com o Art.º 12º, do decreto legislativo regional acima referido garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz, direito esse vertido no contrato de compra e venda de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade na Região Autónoma dos Açores. A eletricidade produzida é vendida aos preços estabelecidos em contrato, cujos preços em 2020 foram de 101,00 euros/MWh.

A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção, em função da procura de energia elétrica e das cláusulas contratuais de fornecimento de energia, conforme princípios estabelecidos no Decreto Legislativo Regional nº 15/96/A, de 1 de agosto,

que determina a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, assentando no princípio da maximização da injeção na rede de produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores de energia renovável com data de entrada em exploração mais antiga e que permita maior integração da componente renovável.

FACTOS RELEVANTES

A declaração de pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 é o facto relevante de 2020, facto exógeno, mas com impacto nos cronogramas das atividades de exploração e de investimento da empresa o que conduziu a ajustamentos dos cronogramas propostos. Na EDA Renováveis o ano de 2020 fica também marcado pelo início da campanha de perfuração dos nove poços geotérmicos nas ilhas de São Miguel e Terceira e pela construção dos parques fotovoltaicos nas ilhas de Santa Maria e Corvo. Releva-se ainda:

14

- Aquisição de equipamentos de cuidados médicos intensivos para doação à Secretaria Regional da Saúde, permitindo dotar os hospitais da região desses meios;
- Prorrogação do prazo da Concessão da Exploração dos Recursos Geotérmicos, por um período de 25 anos, a contar a partir de 16 de junho de 2020;
- Construção das plataformas dos poços geotérmicos PV12, PV13, PV14, CL8, CL9 e CL10 no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, assim como os respetivos acessos;
- Intervenção de manutenção curativa da turbina n.º 2 da Central Geotérmica do Pico Vermelho;
- Celebração de contrato com a Newpark Drilling Fluids SPA, para o fornecimento de fluidos de perfuração e prestação de serviços de engenharia de lamas para a execução de poços geotérmicos nos campos geotérmicos da Ribeira Grande e Pico Alto;
- Execução da empreitada de beneficiação dos edifícios da Central Geotérmica da Ribeira Grande, que inclui a melhoria das instalações sociais dos trabalhadores daquela Central;
- Celebração de contrato com a Halliburton BV, para o fornecimento de cimento classe G e aditivos para a execução de poços geotérmicos nos campos geotérmicos da Ribeira Grande e Pico Alto;
- Construção das plataformas dos poços geotérmicos PA5, PA6 e PA7 no Campo Geotérmico do Pico Alto, assim como os respetivos acessos;
- Celebração de contrato com a GeothermEx, Inc, A Schlumberger Company, para a prestação de serviços de consultoria em geologia de sonda e em engenharia de perfuração durante a execução de poços geotérmicos nos campos geotérmicos da Ribeira Grande e Pico Alto;
- Instalação e entrada em serviço de duas eletrobombas redundantes de água geotérmica no poço de produção PA4;

- Execução da perfuração dos poços geotérmicos PV12, PV14 e PV13, no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, na ilha de São Miguel;
- Celebração de contrato com a Well Guidance BV, a prestação de serviços de perfuração direcional para a execução de poços geotérmicos nos campos geotérmicos da Ribeira Grande e Pico Alto;
- Alteração da área da Concessão da Exploração dos Recursos Geotérmicos no Campo Geotérmico do Pico Alto, em 6 de janeiro de 2021;
- Celebração de contrato de instalação de estações meteorológicas para recolha de dados de irradiação de apoio ao desenvolvimento de plano de energia solar;
- Desenvolvimento dos trabalhos de construção do parque fotovoltaico na ilha de Santa Maria com a execução das montagens das estruturas, painéis e inversores por parte do empreiteiro da especialidade e dos equipamentos de baixa e média tensão no edifício do posto de seccionamento / posto de transformação pelo empreiteiro da área;
- Desenvolvimento dos trabalhos de construção civil no parque fotovoltaico da ilha do Corvo;
- Execução dos trabalhos de recuperação das superfícies das pás dos aerogeradores do Parque Eólico da Serra do Cume por uma equipa especialista do fabricante;
- Desmontagem e envio para o fabricante das peças principais, roda da turbina e pás diretrizes para acondicionamento visando recuperar o rendimento do grupo hídrico da Central dos Tambores tendo-se aproveitado a paragem para proceder a melhorias e requalificações do edifício;
- Rebobinagem do alternador da central hídrica da Foz da Ribeira para recuperação da sua integridade e operacionalidade com substituição das chumaceiras e da roda da turbina;
- Execução dos trabalhos de construção civil de elevação das paredes do canal da central de Além Fazenda de modo a eliminar o constrangimento de sessão de vazão existente.

DESEMPENHO

Ilha	Parque Eólico	Potência (MW)
Santa Maria	Figueiral	1,5
São Miguel	Graminhais	9,0
Terceira	Serra do Cume	9,0
São Jorge	Pico da Urze	1,8
Pico	Terras do Canto	2,4
Faial	Salão	4,3
Flores	Boca da Vereda	0,6
Total	Total	28,6

Ilha	Central Hídrica	Potência (MW)
São Miguel	Salto do Cabrito	0,7
	Tambores	0,1
	Canário	0,4
	Foz Ribeira Quente	0,8
	Ribeira da Praia	0,8
	Nova	0,6
	Tuneis	1,6
Terceira	Nasce D'Água	0,7
	Cidade	0,3
	S. João	0,5
Faial	Varadouro	0,3
Flores	Ribeira Além Fazenda	1,6
Total		8,4

Em 2020, a potência total instalada em centrais hídricas, eólicas e geotérmicas da EDA Renováveis é de 63,5 MW. O conjunto dos centros produtores integram:

- 7 parques eólicos nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores, com uma potência total instalada de cerca de 28,6 MW;
- 12 Centrais Hídricas, com uma potência total de cerca de 8,4 MW, localizados em São Miguel, Terceira, Faial, sendo de assinalar a importante capacidade de produção na ilha das Flores, devido à abundância do recurso, cuja produção correspondeu a 49% da produção total de eletricidade da ilha;
- 3 Centrais Geotérmicas, duas localizadas na ilha de São Miguel e uma na ilha Terceira, com uma potência total de 26,5 MW.

O aproveitamento do recurso geotérmico na ilha de São Miguel é efetuado no campo da Ribeira Grande, localizado no flanco norte do vulcão do Fogo, através da operação das Centrais da Ribeira Grande e do Pico Vermelho.

A Central da Ribeira Grande é abastecida pelo calor dos fluidos captados pelos poços CL1, CL5,

CL6 e CL7, situados na parte sul do campo, designada por sector de Cachaços-Lombadas.

Ilha	Central Geotérmica	Potência (MW)
São Miguel	Ribeira Grande	13,0
	Pico Vermelho	10,0
Terceira	Pico Alto	3,5
Total		26,5

A Central do Pico Vermelho é abastecida pelos fluidos dos poços PV2, PV3, PV4, PV7 e PV8, situados, na parte norte do vulcão, designada por sector do Pico Vermelho.

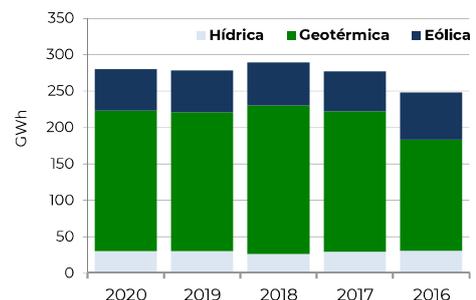
Após utilização nas centrais o fluido geotérmico é devolvido ao reservatório, com a reinjecção a ser repartida pelos sectores de Cachaços-Lombadas (poços CL4 e CL4-A) e do Pico Vermelho (PV9, PV10 e PV11). Face à boa permeabilidade dos poços de reinjecção e à sua localização, numa elevação inferior à das centrais, a reinjecção ocorre em aspiração, sem necessidades de bombagem.

Na ilha Terceira, é efetuado o aproveitamento do recurso do campo geotérmico do Pico Alto, localizado no vulcão do Pico Alto, através da operação da Central com a mesma designação com uma potência instalada de 3,5 MW. Este campo, que completou 3 anos de exploração, é um campo ainda em investigação onde se dispõe de apenas 4 poços em exploração, com profundidades variáveis entre 1,1 e 1,9 km.

A Central do Pico Alto (3,5 MW), em operação desde agosto de 2017, é abastecida pelo calor dos fluidos captados pelos poços PA2, PA3 e PA4, que após utilização na Central são devolvidos ao reservatório profundo, no poço PA8, onde a reinjecção ocorre em aspiração.

Emissão de energia eléctrica de origem renovável, por recurso (GWh)

	2020	2019	2018	2017	2016	Var.% 2020/2019
Eólica	56,9	57,4	58,7	55,0	64,9	-1,0
Geotérmica	193,2	191,5	204,2	193,0	152,4	0,9
Hídrica	30,2	29,6	26,5	29,4	30,7	1,9
Total	280,2	278,6	289,4	277,4	248,0	0,6



Do total de energia eléctrica emitida pela EDA Renováveis, 280,2 GWh, 69% foi de origem geotérmica, 20% de origem eólica e 11% de origem hídrica. Face ao ano anterior verificou-se um acréscimo global de 0,6%, com variações de 1,9%, na produção hídrica, 0,9% na produção geotérmica e -1% na produção eólica.

Produção de energia elétrica de origem renovável, por ilha, em 2020 (GWh)

	Geotérmica	Hídrica	Eólica	Total
Santa Maria	-	-	2,5	2,5
S. Miguel	169,4	23,8	15,0	208,3
Terceira	23,7	1,6	23,2	48,6
S. Jorge	-	-	3,2	3,2
Pico	-	-	6,1	6,1
Faial	-	0,0	6,3	6,3
Flores	-	4,7	0,6	5,3
Total	193,2	30,2	56,9	280,2

A energia elétrica entregue pela EDA Renováveis nas redes dos sistemas elétricos das ilhas de São Miguel, Flores e Terceira assume especial relevância.

Em 2020, a energia renovável emitida pela empresa representou 49,3%, no total do sistema elétrico da ilha de São Miguel. A energia de origem geotérmica correspondeu a 40,1%.

Na ilha das Flores, a contribuição de energia renovável da responsabilidade da empresa atingiu 48,8%, do qual, 43,3% respeita a energia hídrica e 5,5% a energia eólica.

Na ilha Terceira, a produção, da responsabilidade da EDA Renováveis, de origem geotérmica representou 12,9%, no total da energia elétrica no sistema elétrico da ilha e a energia eólica representou de 12,6%, num total de 26,4%, considerando o contributo da produção hídrica (0,9%).

Já nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge a percentagem de energia renovável da responsabilidade da EDA Renováveis nos sistemas elétricos dessas ilhas foi de 14%, 13,9% e 11,4%, respetivamente.

Nº total e duração de Ocorrências 2020, por causas

	Imprevistas		Previstas		Total	
	Nº	Duração horas	Nº	Duração horas	Nº	Duração horas
São Miguel	7	7,0	3	12,9	10	19,9
CG Ribeira Grande	1	1,0	0	0,0	1	1,0
CG Pico Vermelho	6	6,0	0	0,0	6	6,0
PE Graminhais	0	0,0	1	2,5	1	2,5
CH Salto do Cabrito	0	0,0	1	4,9	1	4,9
CH Ribeira da Praia	0	0,0	1	5,5	1	5,5
Terceira	29	30,7	11	229,7	40	260,4
CG Pico Alto	28	30,5	3	87,4	31	118,0
PE Serra do Cume	1	0,2	0	0,0	1	0,2
CH Nasce Água	0	0,0	2	37,9	2	37,9
CH São João	0	0,0	2	85,3	2	85,3
CH Cidade	0	0,0	4	19,0	4	19,0
Pico	0	0,0	1	30,7	1	30,7
PE Terras do Canto	0	0,0	1	30,7	1	30,7
Faial	1	0,2	0	0,0	1	0,2
PE Salão	1	0,2	0	0,0	1	0,2
Flores	2	0,1	1	2,5	3	2,6
PE Boca da Vereda	0	0,0	1	2,5	1	2,5
CH Além Fazenda	2	0,1	0	0,0	2	0,1
Total	39	38,0	16	275,8	55	313,8

Nº e duração de ocorrências causadores de deslastes na rede pública de abastecimento de energia eléctrica em 2020, com origem em equipamentos da EDA RENOVÁVEIS

	2020				2019			Var. 2020/19	
	nº	Duração horas	TIEPI ⁽¹⁾ hh:mm:ss	Energia Não Distribuída kWh	nº	Duração horas	TIEPI ⁽¹⁾ hh:mm:ss	nº	Duração
São Miguel	3	2,2	0:07:03	5 697	4	1,4	0:05:56	-25%	57%
CG Pico Vermelho	3	2,2	0:07:03	5 697	3	1,2	0:05:27	0%	82%
PE Graminhais	0	0,0	0:00:00	0	1	0,2	0:00:29	-100%	-100%
Terceira	12	12,9	0:08:56	3 054	7	5,1	0:09:11	71%	153%
CG Pico Alto	11	12,8	0:08:27	2 891	7	5,1	0:09:11	57%	150%
PE Serra do Cume	1	0,2	0:00:29	163	0	0,0	0:00:00	-	-
Pico	0	0,0	0:00:00	0	2	0,4	0:03:29	-100%	-100%
PE Terras do Canto	0	0,0	0:00:00	0	2	0,4	0:03:29	-100%	-100%
Faial	1	0,2	0:00:40	52	2	0,8	0:31:40	-50%	-74%
PE Salão	1	0,2	0:00:40	52	2	0,8	0:31:40	-50%	-74%
Flores	2	0,1	0:01:23	28	1	0,1	0:00:32	100%	160%
CH Além Fazenda	2	0,1	0:01:23	28	1	0,1	0:00:32	100%	160%
Total	18	15,5		8 831	16	7,8		13%	99%

⁽¹⁾ Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada (interrupção geral do sistema eléctrico da ilha)

Em 2020 foram registados 55 eventos causadores de interrupções na produção nas instalações da EDA Renováveis, com uma duração de 313,8 horas, relacionados com causas próprias ou externas, classificados como imprevistos ou como previstos, quando relacionadas com atividades de manutenção, conservação e reparação de equipamentos.

Do total, 39, com uma duração de 38 horas estão classificadas como imprevistas e 16, com uma duração de 275,8 horas como previstas.

Do total de interrupções, 37, com uma duração de 298,3 horas, não tiveram impacto no abastecimento de energia elétrica.

Assim, no ano de 2020, verificaram-se 18 interrupções, com uma duração total de 15,5 horas, com impacto ao nível da qualidade e satisfação do serviço prestado, considerando-se neste caso as interrupções que provocaram situações de deslaste de redes nos respetivos sistemas elétricos.

Face ao ocorrido em 2019 verifica-se um agravamento dos indicadores, essencialmente resultante das situações ocorridas na Central Geotérmica do Pico Alto, que embora já esteja em funcionamento há três anos, encontra-se ainda numa fase inicial da sua exploração e com margem de melhoria dos índices

de fiabilidade. Neste caso verifica-se uma maior frequência e duração, nomeadamente com 11

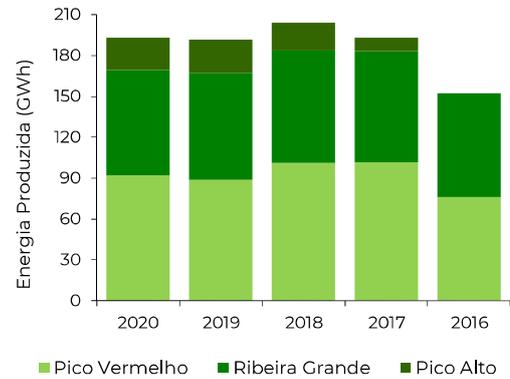
eventos e uma duração global de 12,8 horas, o que justifica grande parte das situações observadas no ano. O comportamento nos restantes centros produtores, mesmo que em sentido desfavorável não evidenciam situações que mereçam particular registo.

EXPLORAÇÃO DE CENTRAIS GEOTÉRMICAS

Emissão de Energia Eléctrica

Centrais Geotérmicas (GWh)

	2020	2019	2018	2017	2016	Var. 2020/19	Est. 2020
Pico Vermelho	91,8	89,0	101,4	101,8	76,1	3,1%	48%
Ribeira Grande	77,6	78,3	82,2	81,4	76,3	-0,8%	40%
Pico Alto	23,7	24,2	20,6	9,8	0,0	-2,0%	12%
	193,2	191,5	204,2	193,0	152,4	0,9%	100%



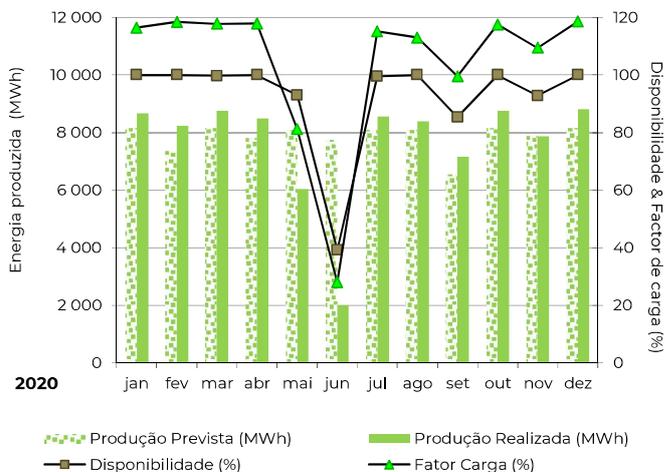
21

Em 2020, a produção de energia eléctrica a partir de recursos geotérmicos totalizou 193,2 GWh, mais 0,9 % do que o registado em 2019.

Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho

Parâmetro	Un.	2020		2019
		Previsto	Realizado	Realizado
Produção	GWh	94,3	91,8	89
Potência Média	MW	11,0	10,5	10,2
Disponibilidade	%	98,3	92,6	92,4
Fator de carga ⁽¹⁾	%	107,9	104,5	101,6

(1) Quando comparada com a potência contratada.



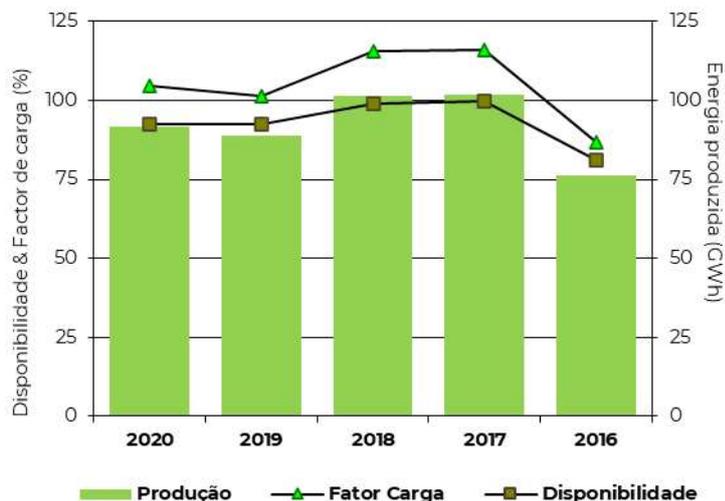
A **Central Geotérmica do Pico Vermelho** produziu 91,8 GWh, mais 3,1% do que o valor verificado em 2019. A disponibilidade atingida foi de 92,6% e o fator de carga, quando calculado tendo em conta a potência contratada, foi de 104,5%.

A produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho durante o ano de 2020 ficou aquém da previsão efetuada em resultado de ações de manutenção curativa, no seguimento da avaria registada na turbina n.º 2, motivada por falha nos rolamentos do veio da máquina, e de manutenções preventivas, com a inspeção das chumaceiras do alternador por técnico do fabricante BRUSH, que decorreu de

7 a 11 de setembro, complementadas com a prestação de serviços de análise de vibrações e alinhamento de veios de máquinas da empresa Pruftechnik de 16 a 19 de novembro.

De destacar que os trabalhos de manutenção da turbina n.º 2 decorreram de 10 a 28 de junho, após receção do grupo mecânico da turbina, a provisionado ao fabricante Ormat Systems. Face às restrições impostas pela pandemia Covid-19 a nível mundial, não foi possível a deslocação de técnicos do fabricante de Israel, pelo que a execução das atividades de manutenção foi, pela primeira vez, da inteira responsabilidade da equipa da EDA Renováveis, com a assistência e supervisão técnica remota dos técnicos especialistas do fabricante.

De salientar o elevado desempenho e dedicação da equipa de manutenção, durante a laboração em dias contínuos, para a reposição da central em plenas condições de funcionamento.



Na Central Geotérmica do Pico Vermelho procedeu-se ainda à realização das revisões programadas, de frequência semestral, ao nível do grupo gerador e sistemas auxiliares, assim como foram executadas as inspeções dos sistemas de injeção de inibidor, de acordo com os planos manutenção previstos.

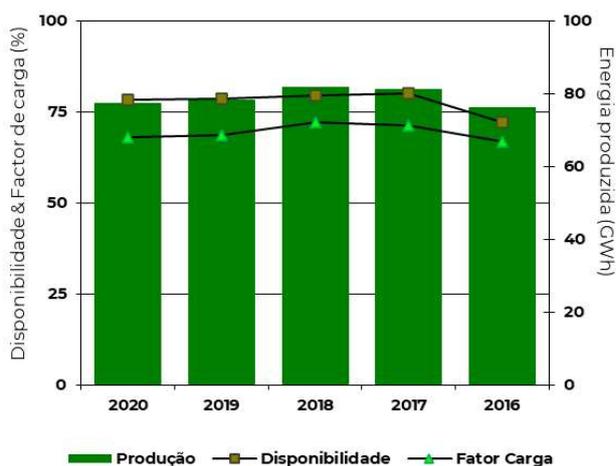
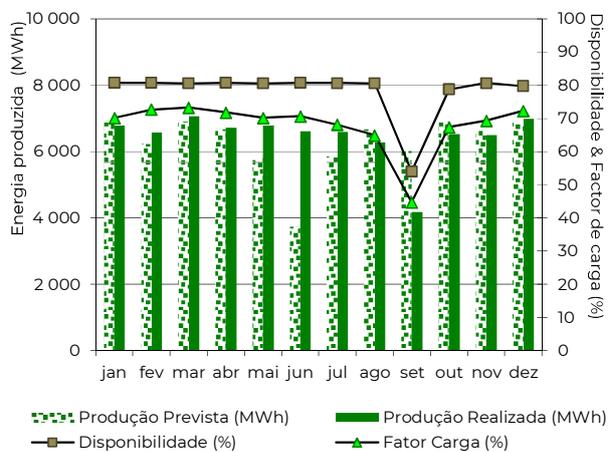
Foi também realizada a reparação e beneficiação do isolamento térmico de condutas de transporte de fluido

geotérmico, instaladas entre as plataformas dos poços de produção e a plataforma do grupo turbogerador, trabalhos maioritariamente desenvolvidos no exterior da central geotérmica.

Indicadores de produção, Central Geotérmica da Ribeira Grande

Parâmetro	Un.	2020		2019
		Previsto	Realizado	Realizado
Produção	GWh	75,2	77,6	78,3
Potência Média	MW	8,6	8,8	8,9
Disponibilidade	%	76,5	78,3	78,7
Fator de carga ⁽¹⁾	%	66,1	68	68,7

(1) Quando comparada com a potência contratada.



A **Central Geotérmica da Ribeira Grande**, em 2020, produziu 77,6 GWh, valor este ligeiramente inferior ao valor verificado em 2019, mas superior ao previsto para o ano.

No âmbito das atividades de manutenção programada, foram executadas as revisões dos grupos geradores e sistemas auxiliares, manutenção à subestação, assim como as inspeções dos sistemas de injeção de inibidor, de acordo com os planos manutenção para 2020.

De um modo mais detalhado, os principais indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande e a evolução da produção anual da central, nos últimos cinco anos, são os indicados no quadro.

À semelhança de anos anteriores, foi realizada a paragem anual da Central para a realização dos trabalhos manutenção geral da Subestação. Esta indisponibilidade foi coordenada com a concessionária EDA, S.A. para a execução dos trabalhos da sua responsabilidade, nomeadamente a montagem do novo painel que ligará a nova linha de 60 kV, a construir, à Subestação da Ponta Garça, a

manutenção da linha de transporte de 60 kV atual que interliga com a Subestação dos Foros, assim como a manutenção ao barramento daquela instalação. Em simultâneo com a referida paragem, foram efetuados os trabalhos de substituição da cobertura do edifício das oficinas de manutenção, cujas condições de execução do trabalho exigiam a retirada de serviço da

linha de transporte.

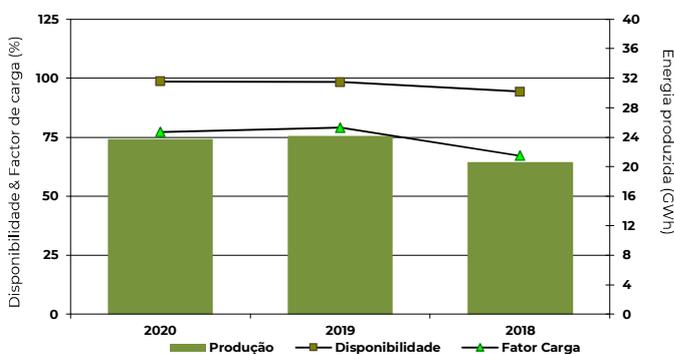
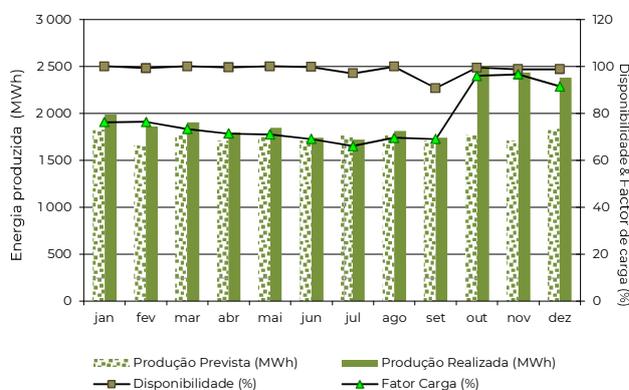
No âmbito da manutenção curativa, procedeu-se à inspeção e reparação de chumaceira do rotor do alternador do Grupo n.º 4, que apresentava fuga de óleo, corrigida com a substituição de novos labirintos e juntas.

No início do ano de 2020, manteve-se um grande número de solicitações e de afluência de visitantes à Central Geotérmica da Ribeira Grande, contudo após o decretado o estado de emergência a nível nacional e com a ativação do plano de contingência Covid-19 da empresa, existiu a necessidade de restringir e impedir a realização de todas as visitas às instalações, garantindo a segurança das pessoas ao serviço.

Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Alto

Parâmetro	Un.	2020		2019
		Previsto	Realizado	Realizado
Produção	GWh	21,0	23,7	24,2
Potência Média	MW	2,5	2,7	2,8
Disponibilidade	%	95,0	98,6	98,3
Fator de carga ⁽¹⁾	%	68,5	77,2	79,0

(1) Quando comparada com a potência contratada.



No ano de 2020, a **Central Geotérmica do Pico Alto** produziu 23,7 GWh, valor superior à produção anual estabelecida para o ano de 21 GWh, mas ainda assim abaixo do verificado em 2019. De notar que foi o terceiro ano completo de produção da Central Geotérmica do Pico Alto.

No que respeita às atividades de manutenção programada ao grupo gerador e sistemas auxiliares, estas foram executadas conforme previsto no Plano de Manutenção de 2020. A paragem anual para as atividades de manutenção programada foi realizada no mês de setembro, tendo-se aproveitado a oportunidade para se efetuar a manutenção à Subestação e aos transformadores principal e de serviços auxiliares de 30 kV.

A produção de 2020 foi maioritariamente assegurada pela produção dos poços geotérmicos PA2 e PA4, que, no entanto, verifica-se ter

decrecido, face a 2019, em termos de potência média combinada. Este decréscimo é justificado com a redução da produção, expectável dos-poços geotérmicos, que se acredita estar a estabilizar nos valores alcançados em 2020.

De salientar que o poço geotérmico PA3 teve um importante contributo na produção realizada de 23,7 GWh. Este poço, que anteriormente produzia de forma estável apenas por períodos de um mês, foi colocado em produção contínua durante o último trimestre, após seis meses de recarga na condição de fechado. Este resultado foi alcançado através de uma aprendizagem contínua do poço em produção para a central, testando diferentes combinações nos modos de funcionamento deste.

A disponibilidade média em 2020 obteve um acréscimo de 0,3 pontos percentuais face ao ano anterior, atingindo o valor de 98,6 %. Este ganho foi alcançado devido às melhorias em termos de fiabilidade dos equipamentos, fruto de manutenções atempadas, e na melhoria constante da equipa de operação, em operar a central e gerir os poços geotérmicos.

No seguimento da ativação do plano de contingência Covid-19, não foram realizadas visitas de estudo à Central Geotérmica do Pico Alto.

EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOTÉRMICOS

Ao longo de 2020, a Central Geotérmica da Ribeira Grande foi abastecida pelo calor do fluido geotérmico captado pelos poços CL1, CL5, CL6 e CL7, os quais, tal como observado nos anos anteriores, mantiveram uma produção relativamente estável. Não obstante, a produção destes poços continuou a revelar-se insuficiente para saturar a potência da Central, conforme já verificado nos indicadores de produção referidos. Após a utilização na Central, o fluido geotérmico foi devolvido ao reservatório profundo nos poços de reinjeção CL4 e CL4-A, sem necessidade de bombagem. Quanto aos restantes poços localizados no sector de Cachaços-Lombadas, o CL3 manteve-se como poço de monitorização, garantindo o acompanhamento, em contínuo, da pressão no reservatório, enquanto o CL2, face ao colapso do revestimento de produção identificado em 2013, foi mantido fora de serviço.

A Central Geotérmica do Pico Vermelho foi abastecida pelo calor do fluido geotérmico captado pelos poços PV3, PV4 e PV8. A produção dos poços manteve-se estável à semelhança dos anos anteriores. Após utilização na Central, o fluido geotérmico foi devolvido ao reservatório profundo nos poços de reinjecção PV9, PV10 e PV11. Face à elevada produtividade dos poços no sector do Pico Vermelho, e também por opção de operação da Central, os poços PV2 e PV7

mantiveram-se fechados durante o ano de 2020. Neste contexto, no Pico Vermelho continuou a verificar-se uma elevada flexibilidade operacional do parque de poços de produção, com consequente saturação permanente da potência da Central. Quanto ao PV5 e PV6, estes mantiveram-se como poços de monitorização, constatando-se que se mantém a recuperação térmica lenta desta zona do reservatório geotérmico, após ter sido submetida a 8 anos de reinjeção em contínuo (2007-2014).

Na Central Geotérmica do Pico Alto os poços PA2 e PA4 foram produtores preferenciais, tendo-se durante 2020, tentado otimizar a exploração do PA3, pelo que este foi utilizado em cerca de 45% dos dias do ano. O poço de injeção é o PA8 e, até à data, não apresentou problemas na receção de efluente da central. O PA1 manteve-se como poço de monitorização.

No âmbito do acompanhamento da resposta do reservatório geotérmico da Ribeira Grande ao esforço de exploração, foi seguido o plano de monitorização do recurso, incluindo a monitorização da produção dos poços (caudal, entalpia e pressão à cabeça), a monitorização da pressão e temperatura do reservatório (quer através de diagrfias periódicas, quer através do registo contínuo) e a evolução da composição química dos fluidos produzidos (incluindo a fase líquida, os gases não condensáveis e os isótopos). Ao longo de 2020, e à semelhança dos anos anteriores, o reservatório geotérmico da Ribeira Grande manteve-se estável, indicando a exploração sustentável do recurso até à data.

No âmbito das operações de manutenção preventiva dos poços geotérmicos, manteve-se a aplicação de um inibidor químico de precipitação de calcite no interior dos poços de produção do campo geotérmico da Ribeira Grande, para, dessa forma, manter a capacidade produtiva dos mesmos. Para além disso, com recurso a calibradores de diferentes diâmetros, manteve-se a inspeção da eventual presença e extensão de incrustações de calcite no interior dos poços.

No âmbito das obrigações de acompanhamento ambiental do campo geotérmico da Ribeira Grande, prosseguiram-se os programas de monitorização sismovulcânica, a cargo do CIVISA, incluindo as componentes da geodesia (deformação do terreno), da geofísica (sismicidade) e da geoquímica (campos fumarólicos), bem como dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, a cargo do INOVA, não tendo sido identificados impactos imputáveis à exploração geotérmica.

No Campo Geotérmico do Pico Alto manteve-se o plano de monitorização da exploração, muito semelhante ao implementado em São Miguel, diferindo, no entanto, na periodicidade do acompanhamento, mais apertada, devido à necessidade de caracterização detalhada nos primeiros anos de produção e por se tratar de um reservatório com características diferentes.

A situação pandémica com origem no vírus Covid-19, condicionou algumas das ações de monitorização geoquímica dos poços geotérmicos face às restrições de mobilidade implementadas por prestadores de serviços, não tendo sido possível cumprir todo o plano de monitorização da exploração.

Relativamente à monitorização ambiental da exploração do Campo Geotérmico do Pico Alto encontram-se implementados planos de monitorização dos seguintes descritores: ecologia, recursos hídricos, solos, sismo-vulcânico, qualidade do ar e ambiente acústico. Até à data não foram identificados impactes ambientais imputáveis à exploração da Central Geotérmica do Pico Alto.

No seguimento do RECAPE da construção e exploração da Central Geotérmica do Pico Alto (CGPA), continuou a desenvolver-se o plano de Conservação e Integração Paisagística da CGPA com o objetivo de tomar *“medidas ativas para a preservação da população local de Ammi trifoliatum, bem como dos habitats protegidos adjacentes (turfeiras e ericais) e das Escodas de Lava Históricas”*, reequacionado para o programa de conservação de espécies raras protegidas dentro do espaço da CGPA; estabelecendo o *“tratamento vegetal dos taludes das plataformas, com espécies adequadas e características da flora local, com vista a colmatar problemas de erosão dos solos e a garantir a continuidade do coberto vegetal da envolvente”*; e *“a implantação de uma estrutura verde dissimuladora no perímetro da Central, com utilização de espécies características da região, adaptadas às condições edafoclimáticas, e disposta de modo a estabelecer uma certa continuidade física, ecológica e visual com os corredores vegetais existentes”*, prevendo a plantação de cerca de 45.200 pés/estacas/sementes de espécies lenhosas e herbáceas nativas e/ou endémicas dos Açores. O plano foi estabelecido, com a supervisão do Professor Eduardo Dias, do Gabinete de Ecologia Vegetal e Aplicada, da Universidade dos Açores, e a sua implementação iniciou-se no final de 2018.

Durante o ano de 2020, os trabalhos focaram-se na manutenção e adensamento de espécies nos espaços interiores da CGPA, e otimização da sua distribuição nomeadamente em torno dos edifícios técnico e logístico, nos taludes da plataforma das infraestruturas da Central e na zona envolvente da bacia de fluido geotérmico. Iniciou-se igualmente o plantio nas zonas exteriores, mas vedadas, em que está previsto intervir. As atividades foram complementadas com a propagação de espécies em viveiro, para assim alimentar as zonas de intervenção.

No ano de 2020 foi aprovado o RECAPE para a execução dos poços geotérmicos PA5, PA6 e PA7, acompanhado por medidas compensatórias para a execução do poço geotérmico a

localizar na plataforma C, no interior de uma zona de Rede Natura 2000 e Parque Natural de Ilha. Estas medidas compensatórias, a cumprir no âmbito do RECAPE e caso o poço geotérmico seja explorado incluem, entre outras atividades:

1. Estabelecer o programa de restauro/renaturalização numa área de 34 hectares, na envolvente da plataforma do poço geotérmico;
2. Cortar as árvores de eucalipto no interior desta área, com a possibilidade de uso da madeira em postes ou outros (protetores de trilhos) ou colocar à disposição do Parque de ilha, conforme indicações da DRA;
3. Plantar cerca de 10.000 pés de espécies nativas estruturantes dos habitats em restauro e de acordo com o plano da vegetação potencial obtido e sintetizado, e;
4. Controlar o avanço das silvas (*Rubus ulmifolius*) durante os primeiros 5 anos, considerado o maior perigo de invasoras na área em restauro.

Face a estas medidas realizaram-se igualmente diversos ensaios de propagação de espécies endémicas de forma a ter indivíduos em número suficiente para o plantio previsto.

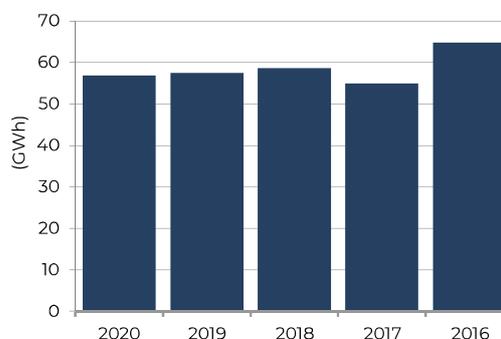
Em 2020, foi mantido o acompanhamento do campo de desgaseificação das Caldeiras da Ribeira Grande, executando-se o programa de monitorização sismovulcânica, conduzido pelo Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA), nos terrenos envolventes ao Lugar das Caldeiras. Os resultados confirmaram a tendência de estabilização da área global do campo fumarólico, mantendo-se a intensidade da desgaseificação. No mesmo âmbito, foi mantida a vigilância da qualidade do ar no interior dos edifícios que constituem o Lugar das Caldeiras, também conduzida pelo CIVISA, através da rede que se encontra em operação desde 2012. Esta vigilância tem garantido a proteção dos moradores e dos utilizadores dos espaços públicos.

Até ao final do 1º semestre de 2020, foram processadas as compensações aos proprietários dos edifícios do Lugar das Caldeiras, relativos aos custos de eletricidade da operação dos equipamentos de vigilância e sistemas de ventilação, do período de janeiro a dezembro de 2019; e, em novembro, foram indemnizados os rendeiros dos terrenos pelos prejuízos de exploração decorrentes da anomalia térmica, causados pela perda de produtividade agropecuária durante o último ano agrícola.

EXPLORAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS

Emissão de energia eólica (GWh)

2020	2019	2018	2017	2016	Var.% 2020/19
56,9	57,4	58,7	55,0	64,9	-1,0



Em 2020 a produção anual de energia elétrica de origem eólica atingiu os 56,9 GWh, correspondendo a um decréscimo de 1% relativamente ao valor registado no ano anterior (57,4 GWh).

Indicadores de produção, por parque eólico

Parque Eólico	2020	2019	Variação
Figueiral Santa Maria	2 520	2 999	-479 -16%
Graminhais São Miguel	15 029	15 949	-920 -6%
Serra do Cume Terceira	23 192	21 923	1 270 6%
Pico da Urze São Jorge	3 150	3 334	-183 -5%
Terras do Canto Pico	6 107	5 816	291 5%
Salão Faial	6 256	6 755	-500 -7%
Boca da Vereda Flores	600	660	-59 -9%
Total	56 855	57 436	-581 -1%

Parque Eólico	2020		
	Potência (MW)	Horas Equivalentes	Fator de Carga
Figueiral Santa Maria	1,5	1 680	19%
Graminhais São Miguel	9,0	1 670	19%
Serra do Cume Terceira	9,0	2 577	29%
Pico da Urze São Jorge	1,8	1 750	20%
Terras do Canto Pico	2,4	2 545	29%
Salão Faial	4,3	1 472	17%
Boca da Vereda Flores	0,6	1 000	11%
Total	28,6	1 991	23%

Durante o ano, ao nível da exploração, destacam-se as indisponibilidades mais prolongadas dos aerogeradores números um e oito do parque eólico dos Graminhais, na ilha de São Miguel, entre os meses de abril e agosto, por passagens à massa em vários enrolamentos do alternador, que levaram à necessidade de intervenção da equipa do fabricante da especialidade. Situação semelhante ocorreu nos aerogeradores um, dois e três do parque eólico da Serra do Cume, na ilha Terceira, com problemas idênticos, mas que causaram menor impacto na indisponibilidade dos equipamentos, pela disponibilidade imediata da equipa especialista e pela simultaneidade das avarias.

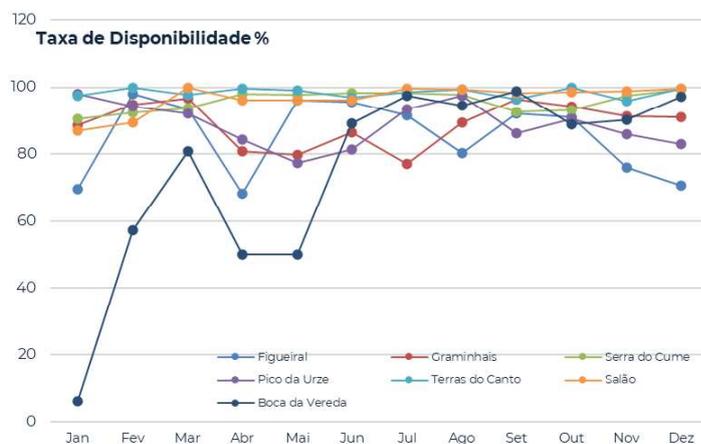
As limitações de circulação entre as ilhas e em alguns casos as

quarentenas obrigatórias dos trabalhadores com proximidade de contactos atrasaram também algumas reparações obrigando a indisponibilidades de equipamentos mais alargadas. Estas situações foram particularmente sentidas nas ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores pois nas mesmas não residem técnicos afetos à reparação dos aerogeradores.

Em 2020, as taxas de disponibilidade, que representam a relação entre o número de horas que os aerogeradores estiveram disponíveis, face ao número de horas potencial ao longo do ano, de cada parque eólico, foram as seguintes:

2020													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
Figueiral	69,6	98,0	93,4	68,2	96,0	95,7	91,5	80,2	92,0	91,1	75,9	70,7	85,2
Graminhais	88,7	94,7	96,6	80,8	79,9	86,5	77,2	89,4	96,4	94,2	91,3	91,0	88,9
Serra do Cume	90,6	92,4	93,6	98,0	97,6	98,2	98,2	97,8	92,8	93,3	97,5	99,2	95,8
Pico da Urze	98,1	94,3	92,2	84,4	77,4	81,5	93,4	97,5	86,3	90,6	85,9	83,1	88,7
Terras do Canto	97,4	99,8	97,8	99,6	99,0	96,9	98,6	99,4	96,3	99,9	95,8	99,5	98,3
Salão	86,9	89,5	99,8	96,2	96,2	96,2	99,6	99,3	98,3	98,4	98,9	99,6	96,6
Boca da Vereda	6,1	57,3	80,9	50,0	50,0	89,3	97,5	94,6	98,7	88,9	90,3	97,1	75,0

As disponibilidades dos aerogeradores dos diferentes parques registam valores anuais entre os 98,3%, verificada no parque das Terras do Canto, na ilha do Pico e os 75%, no parque eólico da Boca da Vereda.



As intervenções de manutenção preventiva dos aerogeradores são asseguradas pela equipa do fabricante, na intervenção do tipo anual e pela SEGMA, empresa do Grupo EDA, nas intervenções preventivas semestrais e nas intervenções de carácter curativo exceto as que, pela especificidade, requerem a intervenção dos fabricantes. Estas intervenções foram sendo ajustadas em função das dificuldades de circulação entre as ilhas

e das medidas de proteção dos trabalhadores implementadas pelas diversas entidades, tendo, contudo, sido totalmente asseguradas.

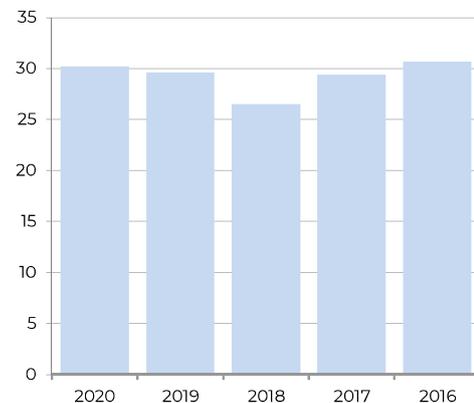
Refere-se que no âmbito da desmaterialização dos processos, toda a metodologia de reporte de avaria, de solicitação de intervenção e de relatório da intervenção, com discriminação das tipologias, das metodologias empregues, dos técnicos intervenientes e dos materiais utilizados está integrada em plataforma eletrónica própria, denominada NAVIA.

Nos meses de agosto, setembro e outubro uma equipa especialista do fabricante, utilizando equipamento de elevação adequado, procedeu aos trabalhos de recuperação das superfícies das pás dos dez aerogeradores do Parque Eólico da Serra do Cume, que, em inspeção realizada anteriormente, revelava pontos de elevado desgaste na fibra da superfície, zonas com microfissuras e de um modo geral uma degradação nos bordos de ataque das pás, originadas pela abrasão das partículas sólidas presentes no ar, que recomendavam essa intervenção. Com esta ação agora realizada, recupera-se à situação de novas as pás dos aerogeradores montados em 2008 (primeiros cinco aerogeradores) e dos aerogeradores montados em 2011 (segundos cinco aerogeradores) garantindo assim as boas condições dos equipamentos no prazo da sua vida útil expectável, vinte anos.

EXPLORAÇÃO DE CENTRAIS HIDROELÉTRICAS

Emissão de energia hídrica (GWh)

2020	2019	2018	2017	2016	Var.% 2020/19
30,2	29,6	26,5	29,4	30,7	2%



A produção do ano ascendeu a 30,2 GWh, correspondendo a um acréscimo de 2% relativamente ao ano anterior (29,6 GWh).

Do ponto de vista do recurso, no que respeita à produção de energia hidroelétrica, o ano de 2020 foi regular, caracterizado por uma precipitação mais elevada nos meses de inverno e menos elevada nos meses de verão e outono.

Pode-se constatar o caráter de fio de água permanente das centrais de São Miguel, com valores, em geral superiores a 8000 horas de funcionamento e fatores de carga elevados. É também visível a diminuição das horas de funcionamento causada pelas intervenções nas centrais dos Tambores e da Foz da Ribeira. A central da Fábrica Nova é de operação manual e explora a água disponível na zona a montante da central da Ribeira da Praia o que se reflete nos valores tanto de produção como de horas de funcionamento.

Das duas grandes intervenções realizadas nas centrais de São Miguel realça-se a revisão geral efetuada ao alternador e à turbina da central hídrica da Foz da Ribeira, que ocorreu entre os meses de março e junho, onde se verificou a necessidade de enviar o alternador para fora da região com a finalidade de se proceder a uma requalificação profunda. Esta intervenção nos componentes vitais da central permitiu assegurar de novo o funcionamento à potência nominal nas melhores condições.

Indicadores de produção, por central, 2020

Ilha	Central Hídrica	Produção MWh		Variação	
		2020	2019	2020/2019	
São Miguel	Salto do Cabrito	4 895	4 444	452	10%
	Tambores	105	98	7	7%
	Canário	2 225	2 205	20	1%
	Foz Ribeira Quente	3 129	4 440	-1 311	-30%
	Ribeira da Praia	3 521	3 300	222	7%
	Nova	226	237	-10	-4%
	Tuneis	9 746	8 868	878	10%
Terceira	Nasce D'Água	852	390	462	118%
	Cidade	377	102	274	268%
	S. João	400	124	276	223%
Faial	Varadouro	0	5	-5	-100%
Flores	Ribeira Além Fazenda	4 712	5 425	-713	-13%
Total		30 188	29 638	551	1,9%

Central	Grupo	Produção (MWh)	Horas de trabalho	Potência Nominal (kW)	Potência Média (kW)	Fator de Carga
Salto do Cabrito	G1	4 895	8 609	710	569	80%
Tambores	G1	105	6 012	110	17	16%
Canário	G1	2 225	8 294	400	268	67%
Foz da Ribeira	G1	3 129	5 630	824	556	67%
Ribeira da Praia	G1	3 521	8 621	800	408	51%
Fábrica Nova	G2	226	832	608	272	45%
Túneis	G1	9 746	8 529	1 614	1 143	71%
Nasce Água	G1	852	3 152	720	270	38%
Cidade	G1	377	2 261	264	167	63%
S. João Deus	G1	400	2 012	448	199	44%
Varadouro	G1	0	0	320	0	0%
	G4	642	1 701	592	378	64%
Além Fazenda	G5	2 163	6 562	500	330	66%
	G6	1 907	5 842	500	326	65%

As centrais em cascata da ilha Terceira funcionam apenas quando existe água no tanque da Costaneira. O recurso é limitado à água que chega ao reservatório da Costaneira, proveniente de nascentes depois de assegurar o abastecimento doméstico e para a lavoura. A exploração destas centrais foi retomada em fevereiro de 2019, após a conclusão da substituição do circuito da conduta forçada, com o início do funcionamento da central de Nasce Água, facto evidenciado pelo superior número de horas de funcionamento. Com a retoma da produção, o ano de 2020 veio consolidar a aposta na requalificação dos circuitos hídricos, tendo-se registado valores de produção e horas de funcionamento bastante interessantes e animadores para o futuro.

Na ilha do Faial, no aproveitamento hídrico do Varadouro, em 2020 surgiram novos problemas associados ao controlo hidráulico e mecânico do injetor, que atrasaram os testes finais ao nível do autómato da central e no módulo de sincronização em paralelo, o que impossibilitou o seu funcionamento.

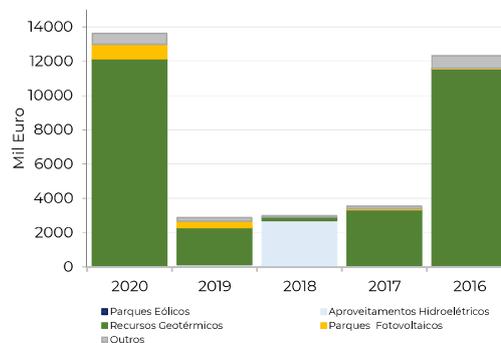
Na ilha das Flores, a central de Além Fazenda teve um decréscimo na produção de 13%, relacionado com as paragens forçadas, durante o verão/ outono, para a realização dos

trabalhos de construção civil de elevação das paredes do canal da central de Além Fazenda de modo a eliminar o constrangimento de sessão de vazão existente.

INVESTIMENTO

Investimento anual

	(Mil Euro)				
	2020	2019	2018	2017	2016
Recursos Geotérmicos	12 124	2 159	206	3 261	11 513
Parques Eólicos	0	0	27	0	0
Aproveitamentos Hidroelétricos	35	125	2 665	90	63
Parques Fotovoltaicos	843	374	0	42	16
Outros	621	229	99	136	730
Total	13 622	2 887	2 997	3 529	12 322


35

O plano da EDA Renováveis integra a estratégia da EDA, S.A de otimização da penetração de energia renovável na Região. Os investimentos relativos a centros produtores, para o período 2020-2024, decorrem das necessidades de manutenção e expansão da capacidade produtiva instalada e são balizados pela possibilidade técnica de integração de energia na rede elétrica dos diversos sistemas.

O Plano, em execução, contempla um investimento global de 105 milhões de euros, sendo de realçar o valor de 65 milhões de euros destinados ao aproveitamento dos recursos geotérmicos. Destaca-se o início da campanha de perfuração, no sector do Pico Vermelho, em outubro deste ano, que contempla a execução de 9 poços nos campos geotérmicos da Ribeira Grande (6) e do Pico Alto (3). Refere-se igualmente a necessidade de renovação e expansão dos parques eólicos, pelo que estão previstos 16 milhões de euros, e ainda a construção de parques fotovoltaicos, no valor global de 15 milhões de euros, a executar em todas as ilhas, com a concretização de investimento já em 2020, nas ilhas de Sta. Maria e Corvo.

Em 2020, o investimento realizado ascendeu a 13,6 milhões de euros, dos quais 12,1 milhões de euros foram aplicados no aproveitamento de Recursos Geotérmicos, nomeadamente, da execução de poços geotérmicos na Ribeira Grande e no Pico Alto.

Investimento realizado, em 2020

(Eur)

Total	13 621 703	100,0%
Recursos Geotérmicos	12 123 900	89,0%
Central Geotérmica da Ribeira Grande	2 836 749	20,8%
Actualização do sistema controlo	4 596	0,0%
Beneficiação edifícios	281 005	2,1%
Subst. encabeçamento poços CL 1, CL 3, CL 5, CL 6	-116 453	-0,9%
Poços Cachaços Lombadas (CL 8, 9, 10)	2 667 601	19,6%
Central Geotérmica do Pico Vermelho	6 232 562	45,8%
Bombas cond.Redundante Vaporização	2 385	0,0%
Subst. encabeçamento poços PV 4 e PV 8	131 958	1,0%
Poços Pico Vermelho (PV 12, 13, 14)	5 701 522	41,9%
Subst. cabeças pré-aquecedores CGPV	334 000	2,5%
Casa dos Plátanos	62 697	0,5%
Central Geotérmica do Pico Alto	3 054 589	22,4%
Bombas brine e sistema inibidor PA 4	144 481	1,1%
Ensaio e prospecção adicional (7 MW)	1 907	0,0%
Poços Pico Alto (PA 5, 6, 7)	2 908 202	21,3%
Aproveitamentos Hídricos	34 640	0,3%
Hidroeléctrico da Ribeira Grande	34 640	0,3%
Parques Fotovoltaicos	842 575	6,2%
Parque Fotovoltaico de Santa Maria	720 375	5,3%
Parque Fotovoltaico do Corvo	122 200	0,9%
Aquisições diretas	620 588	4,6%

PROJETOS DE EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA GEOTÉRMICA

No âmbito da expansão da capacidade de geração a partir dos aproveitamentos geotérmicos, iniciou-se em 2020 a campanha de perfuração que contempla a execução de seis poços geotérmicos de produção na ilha de São Miguel e três poços geotérmicos de produção na ilha Terceira, tendo em vista reforçar a captação de fluido geotérmico e permitir o desenvolvimento dos seguintes projetos de investimento:

- Saturar a potência instalada na Central Geotérmica da Ribeira Grande, para o que serão executados os poços CL8, CL9 e CL10;

- Expandir a capacidade de geração da Central Geotérmica do Pico Vermelho, passando dos atuais 10 para 15 MW, para o que serão executados os poços PV12, PV13 e PV14;
- Saturar a potência instalada na Central Geotérmica do Pico Alto, e, por forma a desenvolver a expansão da capacidade de geração dos atuais 3,5 para 10 MW, para o que serão executados os poços PA5, PA6 e PA7.

Para o efeito, no seguimento dos trabalhos preparatórios iniciados em 2019, relativos à contratação dos serviços de perfuração e aquisição de equipamentos e materiais, construíram-se as plataformas dos poços geotérmicos, montaram-se todos os sistemas necessários de fornecimento de água às plataformas e em 9 de outubro de 2020 iniciou-se a perfuração do poço geotérmico PV12, seguindo-se a execução dos poços PV14 e PV13, o qual foi finalizado em 12 de janeiro de 2021. Cada um dos referidos poços geotérmicos foi executado com uma profundidade média de 1 km e por um período de tempo médio de 25 dias. Os testes realizados no final das perfurações, conduziram a resultados, embora que ainda preliminares, e a serem detalhados por via dos testes de produtividade, que serão realizados no final da execução dos poços CL8, CL9 e CL10 (junho de 2021), apontam para resultados de temperatura e permeabilidade consistentes com os restantes poços do setor do Pico Vermelho.

CENTRAL GEOTÉRMICA DA RIBEIRA GRANDE

Na Central Geotérmica da Ribeira Grande foi executada a empreitada de beneficiação dos edifícios daquela instalação que permitiu remover todas as telhas de fibrocimento contendo amianto, assim como substituir as telhas cerâmicas dos edifícios que se encontravam bastante degradadas. Adicionalmente, foram remodeladas as instalações sociais da equipa de manutenção, garantindo a melhoria das condições de habitabilidade e conforto para os trabalhadores.

CENTRAL GEOTÉRMICA DO PICO VERMELHO

Em 2020 concluiu-se o aprovisionamento das cabeças para um pré-aquecedor do grupo, permitindo em 2021 proceder à montagem no permutador de calor, recorrendo-se também à contratação de serviços externos para a execução de soldaduras necessárias à boa e completa realização da obra

CENTRAL GEOTÉRMICA DO PICO ALTO

A instalação de duas eletrobombas redundantes de água geotérmica no poço de produção PA4 ficou concluída conforme previsto, tendo entrado em serviço no início de setembro. Esta obra visa a melhoria das condições de exploração e o aumento da flexibilidade de operação do poço, encaminhando a água geotérmica na sua totalidade até à central, de forma estável e contínua, maximizando a conversão de energia térmica disponível em energia elétrica.

CONSTRUÇÃO DE PARQUES FOTOVOLTAICOS NAS ILHAS DE S. MARIA E CORVO

Durante o ano de 2020 foram desenvolvidos trabalhos nos parques fotovoltaicos nas ilhas de Sta. Maria e Corvo.

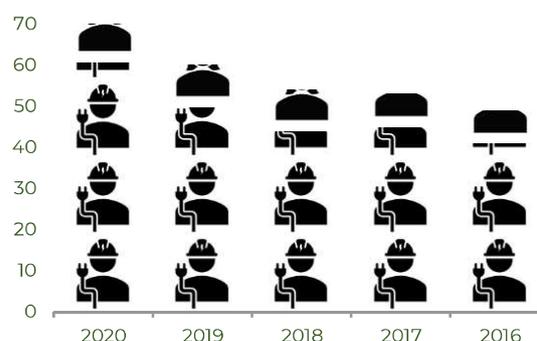
No parque fotovoltaico de Santa Maria decorreram os trabalhos da empreitada de fornecimento e montagem das estruturas de suporte, painéis solares fotovoltaicos, inversores, cabos e quadros. Foi ainda executada pela empresa do Grupo EDA, SEGMA, a empreitada de Fornecimento e Instalação dos Equipamentos de Média Tensão/Baixa Tensão do Posto de Transformação/Seccionamento com a conclusão dos trabalhos no final do ano.

Relativamente ao parque fotovoltaico da ilha do Corvo foram iniciados os trabalhos de construção civil, e efetuadas as consultas para o fornecimento e montagem dos equipamentos para o posto de transformação, para a interligação em baixa tensão à rede elétrica existente e de montagem das estruturas de suporte, painéis fotovoltaicos e inversores.

DOMINÍO SOCIAL

Número de Trabalhadores, por género

	2020	2019	2018	2017	2016
	61	50	44	45	41
	9	10	10	8	8
	70	60	54	53	49


39

Em 31 de dezembro de 2020, a EDA Renováveis tinha ao seu serviço 70 trabalhadores, mais 17% do que o verificado no ano anterior. A este total acrescem 7 trabalhadores, com vínculo contratual com a EDA, S.A que trabalham na EDA Renováveis.

Do número total de trabalhadores, 83% do são do género masculino. Verifica-se a predominância deste género ao longo dos anos, circunstância relacionada essencialmente com o exercício das funções profissionais, pois não se encontra nenhum elemento feminino nas atividades de operador de central ou técnico de manutenção nos serviços, não obstante a coordenação do serviço de operação das centrais geotérmicas em São Miguel e do serviço de manutenção da central geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira serem assegurados por técnicos superiores do género feminino. Acresce ainda referir que o Departamento de Exploração de Recursos Geotérmicos é coordenado por um trabalhador do género feminino.

A maioria dos trabalhadores concentra-se na faixa etária entre os 30 e 50 anos. Verifica-se um ligeiro rejuvenescimento, em resultado da contratação de trabalhadores para reforço da equipa na área dos recursos geotérmicos.

Número de Trabalhadores, por faixa etária

anos	2020	2019	2018	2017	2016
< 30	23	18	12	14	7
30-50	34	29	29	27	30
> 50	13	13	13	12	12
Total	70	60	54	53	49

Admissões (A) e Saídas (S), por faixa etária

	2020		2019		2018		2017		2016		Total 2020/2016		
	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A-S
< 30	9	1	6	0	2	3	11	4	6	0	34	8	26
30-50	3	1	0	0	1	0	2	5	6	0	12	6	6
> 50	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0
Total	12	2	6	0	4	3	13	9	12	1	47	15	32

Em setembro de 2020, procedeu-se à contratação, a termo incerto, em regime de horário de trabalho por turnos (24x24) de 12 trabalhadores, nomeadamente 1 geólogo e 11 trabalhadores, para reforço de competências necessárias à recolha e tratamento de amostras de rocha

dos poços, disponibilização de materiais e equipamentos necessários à obra e controlo do abastecimento de água nas plataformas de perfuração no âmbito dos trabalhos de perfuração, em curso, dos novos poços geotérmicos.

Neste ano, verificou-se saída de dois trabalhadores, motivadas por uma cessação de contrato de trabalho de um técnico superior, para passar a exercer funções na EDA e a saída de um trabalhador que havia sido contratado no âmbito da campanha de perfuração.

Número de Trabalhadores, por Grupo Funcional

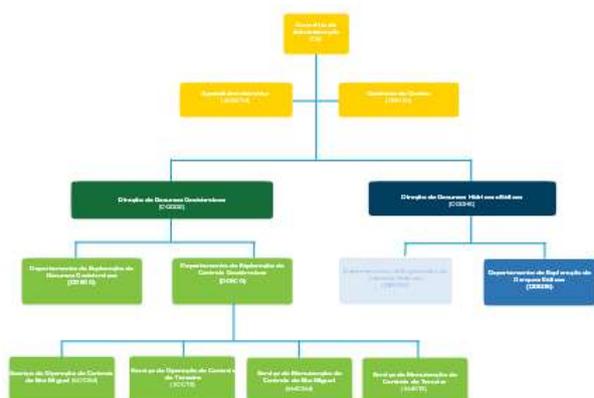
			
Orgão de Gestão	2	1	3
Chefias	4	3	7
Quadros Superiores	8	3	11
Administrativo	0	2	2
Operacional	47	0	47
Total	61	9	70

No final do ano, o Grupo Funcional “Operacional” representava 67% do total de trabalhadores. Deste grupo, 26% exerciam funções de Operador de Central, 23% funções associadas à Manutenção de Centrais e 19% funções associadas a serviços gerais, onde se incluem os 10 trabalhadores recrutados para a campanha de perfuração.

Os quadros superiores representam 30%. Nesta função enquadram-se as competências ao nível da engenharia, (mecânica e eletrotécnica), do ambiente e de energias renováveis, da geologia e da gestão da empresa. Os restantes 3%, agregam os trabalhadores alocados a funções administrativas.

Número de Trabalhadores, por funções

			
Operador de Central	18	0	18
Técnico de Manutenção	16	0	16
Serviços gerais	13	0	13
Técnico Administrativo	0	2	2
Técnicos Superiores	14	7	21
Total	61	9	70



No final de 2020, a organização da empresa assentava numa estrutura baseada na gestão verticalizada dos processos, atendendo às necessidades decorrentes da dispersão geográfica, com expressão ao nível de serviço, no caso da gestão das centrais geotérmicas.

Para além das Direções, identificam-se oito chefias, de carácter operacional, das quais três são exercidas por responsáveis do

género feminino, como é o caso do Departamento de Exploração de Recursos Geotérmicos, do Serviço de Operação de Centrais Geotérmicas de São Miguel e do Serviço de Manutenção da Central Geotérmica da Terceira.

A empresa dispõe de um acordo de empresa que sistematiza matérias de organização do trabalho e de gestão de recursos humanos, nomeadamente no que se refere a direitos e obrigações dos trabalhadores, regras de funcionamento, carreiras e remunerações, formação profissional, segurança e saúde no trabalho e benefícios sociais.

A empresa proporciona aos seus trabalhadores um seguro de saúde e um Fundo de Pensões para complemento da reforma atribuída pela segurança social do estado português.

Capacitação, bem-estar;
Partilha de valor;
Partilha do conhecimento;
Boas práticas de integração

A formação profissional é um instrumento privilegiado para que, de forma continuada e crescente, se assegure o desenvolvimento do capital humano. Em 2020, a taxa de cobertura da formação profissional foi de 49%, ou seja, do total de 70 trabalhadores, 34 frequentaram, no mínimo uma ação de formação, relativamente a áreas de

segurança no trabalho, a matérias técnicas de diversas especialidades e administrativas:

- Trabalhos em Altura e Resgate em Aerogeradores;
- Segurança e Saúde no Trabalho
- Manutenção e Inspeção de Equipamento de Resgate Tractel
- Motoristas de Veículos Pesados de Mercadorias
- SAP MM – Gestão Administrativa

- Requisições / Pedidos de Compra
- Tecnologia e Manutenção de Rolamentos
- Gestão de Frota
- Elearning SAP SF Formação (LMS)
- Energy transition - Battery storage
- Formação óleo-hidráulica – Online

A segurança e saúde no trabalho são valores basilares da gestão. A EDA Renováveis no desenvolvimento da sua atividade, tem procurado criar um ambiente de trabalho que favoreça o bem-estar e proporcione condições adequadas de segurança e saúde.

Número de Exames	2020	2019	2018	2017	2016	Var.% 2020/19
	45	52	36	75	43	-13

Número de Exames 2020	Ocasionais	Periódicos	Admissão	Total
	10	22	13	45

Nos termos previstos na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que veio regulamentar o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho, os serviços de segurança e saúde da empresa são assegurados pela EDA, S.A., enquanto entidade detentora da EDA Renováveis,

na modalidade de serviço interno. A atividade do serviço de medicina em 2020 acompanhou aplicação das medidas de saúde pública a implementar na empresa, nomeadamente na fixação de critérios a aplicar para a determinação dos planos de emergência.

Em 2020, verificou-se uma diminuição do nº de exames (45), quando comparado com o ano anterior, o que está relacionado com a sazonalidade própria desta atividade, decorrente essencialmente dos escalões etários dos trabalhadores. Foi efetuado a totalidade dos exames de admissão dos trabalhadores.

Número de Acidentes de Trabalho (com e sem ausências ao trabalho), por género

Ausência ao trabalho	2020			2019			2018			2017			2016		
	com	sem	total												
	2	0	2	1	2	3	3	0	3	4	2	6	3	0	3
	0	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
	2	1	3	1	2	3	4	0	4	4	2	6	3	0	3

Verificaram-se 3 registos de Acidentes de Trabalho, com e sem dias de ausência associados, igual ao número verificado no ano anterior.

Índices de Sinistralidade

	2020	2019	2018	2017	Var.% 2020/19
Frequência	17,9	11,2	50,9	48,5	60%
Incidência	28,6	17,5	75,5	75,5	63%
Gravidade	134	999	1 285	1 444	-87%

Por sua vez, os Índices de Sinistralidade, calculados em função das lesões profissionais, não mortais e mortais, neste último caso sem qualquer registo, devidas a acidentes de trabalho que tenham originado uma ausência ao trabalho de, pelo menos, um dia, com exclusão do dia do acidente, apresentam no que se refere à Gravidade uma evolução positiva com decréscimos de 87% e um

agravamento no que se refere à Frequência e Incidência de 60% e 63%, respetivamente, face aos valores registados no ano anterior.

De acordo com a Classificação da Organização Mundial de Saúde, os índices de Frequência (nº de lesões profissionais por um milhão de horas de exposição ao risco) e de Gravidade (número de dias perdidos, devido à ocorrência de acidentes de trabalho por um milhão de horas-homem trabalhadas), da EDA Renováveis enquadram-se no escalão Muito Bom.

DOMINÍO AMBIENTAL

A atividade natural da EDA Renováveis tem impacto no ambiente, na biodiversidade, na flora, na fauna, razão pela qual a empresa assegura um conjunto de medidas que permitem a proteção ambiental e a compensação dos impactos, mantendo, de forma sistematizada, um amplo programa de monitorização.

Os poços geotérmicos explorados pela EDA Renováveis, estão localizados em zonas de natural e elevado fluxo de CO₂. Em 2020, tendo por base um factor de emissão de 199 gCO₂/kWh, associado à produção geotérmica, da responsabilidade da EDA Renováveis, determinou-se uma emissão de 38 445 toneladas de CO₂, quando em 2019 havia sido de 40 407 toneladas. Note-se, no entanto, que a produção de eletricidade de origem renovável, geotérmica, eólica e hídrica, emitida pela EDA Renováveis ascendeu, em 2020, a 280,2 GWh, o que permitiu evitar 153 333 toneladas de CO₂, líquidas equivalente à produção térmica, tendo em consideração o fator de emissão de cada ilha.

Durante o ano de 2020, o plano de monitorização ambiental, no que respeita à exploração dos recursos geotérmicos atingiu o valor de 500 mil Euros, dos quais 337 mil Euros respeitam ao acompanhamento ambiental da exploração do campo geotérmico da Ribeira Grande e 163 mil Euros campo geotérmico do Pico Alto, incluindo também as atividades de conservação e de restauro no âmbito da ecologia.

No campo geotérmico da Ribeira Grande, o programa de monitorização ambiental implementado em 2020 incluiu a monitorização sismovulcânica, envolvendo as componentes da geodesia, da geoquímica e da geofísica, a monitorização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e a monitorização da qualidade do ar através da estimativa das emissões de gases não condensáveis para a atmosfera nas Centrais do Pico Vermelho e da Ribeira Grande.

Em 2020, para caracterização da situação de referência da desgaseificação difusa nas áreas de implantação dos novos poços geotérmicos, a executar no setor do Pico Vermelho e de Cachaços-Lombadas (zona da Mata do Botelho), foram desenvolvidas pelo IVAR, duas campanhas de medição, uma no inverno e outra no verão. Também, em 2020, e ao nível da monitorização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, na envolvente dos novos poços geotérmicos, realizou-se uma campanha de monitorização para caracterização da situação de referência do sector do Pico Vermelho, realizada previamente ao início da perfuração dos poços PV12, PV13 e PV14, assim como foi implementado o programa de monitorização com a frequência e parâmetros físico-químicos estabelecidos no RECAPE do

Projeto, durante a execução daqueles poços geotérmicos.

Para além destas, no Lugar das Caldeiras da Ribeira Grande, em 2020 foi continuado o programa de monitorização sismovulcânica do campo de desgaseificação, nas vertentes da geoquímica, geodesia, e da geofísica, bem a monitorização e vigilância da qualidade do ar das habitações do Lugar das Caldeiras.

No campo geotérmico do Pico Alto, os programas de monitorização ambiental implementados em 2020 incluíram a monitorização sismovulcânica do campo geotérmico do Pico Alto, nas vertentes geoquímica, geofísica e geodésica, a monitorização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, a monitorização ecológica, dos solos, da qualidade do ar e do ruído.

Em 2020, foram também continuadas as atividades de conservação e restauro ecológico associadas ao Programa de Conservação e Integração Paisagística da Central Geotérmica do Pico Alto, que pretende dinamizar o desenvolvimento das espécies endémicas, incluindo as espécies protegidas, raras e em perigo, através da criação de núcleos populacionais que possam servir de polo de disseminação de sementes, contribuindo deste modo para o restabelecimento natural destas espécies nas áreas vizinhas. Em 2020, foi iniciada a Fase 3, correspondente à disseminação e adensamento das espécies nos espaços da Central e continuou-se o acompanhamento do desenvolvimento das espécies.

Adicionalmente, no âmbito do RECAPE dos poços PA5, PA6 e PA7, do campo geotérmico do Pico Alto, foi dado início à implementação das medidas mitigadoras durante a construção da plataforma C, sita no Parque Natural da ilha Terceira. Este plano tem por objetivo mitigar os impactos da construção da plataforma C e dinamizar a recuperação ambiental da zona envolvente. Neste âmbito, em 2020 foi iniciada a Fase 2 do projeto com a execução das medidas previstas implementar no acesso à plataforma C, com destaque para o transplante de orquídeas e a drenagem das águas pluviais para o interior da Caldeira do Pico Alto. Também no âmbito do RECAPE dos poços PA5, PA6 e PA7, foi ainda avaliado, na vertente da ecologia, os eventuais impactes da execução de sobrelarguras no acesso à plataforma C, o que resultou no conjunto de medidas adicionais de restauro ecológico, que terão de ser observadas pela EDA Renováveis.

No âmbito de atividades de I&D, foi dado continuidade ao projeto “*Naturalmente*”, iniciado em 2018, e que tem permitido a criação de uma base local de conhecimento, passível ser projetada, como exemplo pioneiro, para o restante Arquipélago. É um projeto que garante o cumprimento das obrigações ambientais do Projeto Geotérmico da Terceira e contribui para

cumprimento das obrigações relativas à responsabilidade social da empresa para com o ambiente.

Este projeto tem como âmbito o programa de Conservação e Integração Paisagística da Central Geotérmica do Pico Alto e as medidas mitigadoras de restauro ecológico a implementar na envolvente da plataforma C, que resultam das imposições ambientais decorrentes da Declaração de Impacte Ambiental do Projeto Geotérmico da Terceira, de 2002, e dos RECAPE da Central Geotérmica do Pico Alto e dos Poços Geotérmicos PA5, PA6 e PA7, mas vai muito para além das condições exigidas pela Autoridade Ambiental. Trata-se de um projeto que pretende dinamizar o desenvolvimento das espécies endémicas, incluindo as protegidas, raras e em perigo, através da criação de núcleos populacionais que possam servir de polo de disseminação de sementes, contribuindo para o restabelecimento natural destas espécies nas áreas vizinhas.

Importa ainda referir, que no âmbito das atividades de I&D desenvolvidas em 2019 nos projetos “Calcite” e “Naturalmente”, foi efetuada uma candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE2019), que em dezembro de 2020 mereceu parecer positivo da Agência Nacional de Inovação, para a atribuição de um crédito fiscal, de 270 mil Euros, correspondente a 100% do total das despesas submetidas na candidatura.

A EDA Renováveis, S.A., ao nível de manutenção e exploração de centrais míni hídricas, na sua política ambiental implementada, tem como principais objetivos proteger e reduzir a perda de biodiversidade existente nos ecossistemas nos quais estão inseridos os seus sistemas electroprodutores. Desta forma, a EDA Renováveis decidiu, desde 2012, abraçar o Projeto de Recuperação da População de Enguia Europeia, na Ribeira Quente que tem como missão a captura e realocização de enguias juvenis, designadas por meixão, que se encontram em processo de migração, evitando a sobrecarga de esforço necessária para ultrapassar as barreiras artificiais e os circuitos hidráulicos das quatro centrais míni hídricas.

Destaca-se ainda o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido de manutenção dos circuitos e trilhos pedestres junto das centrais hidroelétricas da Fajã Redonda e Salto do Cabrito, da Ribeira da Praia, do canal da Central da Fábrica Nova e ainda das antigas centrais da Empresa de Electricidade e Gás (EEG), em São Miguel, permitindo o acesso a esses locais de forma segura e promovendo também o património cultural. Por sua vez, as centrais geotérmicas da Ribeira Grande e do Pico Alto possuem percursos circundantes com painéis explicativos, quer da produção geotérmica, quer da biodiversidade dos locais, o que proporciona o contacto com

a população local, turistas e alunos de diferentes graus de ensino.

EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO

	Eur			
	2020	2019	Variação 2020/2019	
Vendas e serviços prestados	28 370 191	28 026 272	343 920	1%
Subsídios à Exploração	2 093	4 800	(2 707)	-56%
Trabalhos para a Própria Entidade	852 252	418 872	433 380	103%
Outros Rendimentos e Ganhos	1 987 364	1 173 919	813 445	69%
Rendimentos Operacionais	31 211 901	29 623 864	1 588 037	5%
Custo das Mercadorias Vendidas Mat. Consumidas	240 889	278 571	(37 682)	-14%
Fornecimentos e Serviços Externos	5 488 620	5 125 072	363 549	7%
Gastos com o Pessoal	2 159 747	1 926 571	233 176	12%
Gastos/reversões de Depreciação e Amortizações	7 884 279	7 783 615	100 665	1%
Imparidades de clientes	0	0	0	-
Imparidades de inventários	0	0	0	-
Imparidades de investimentos	0	0	0	-
Outros Gastos e Perdas	3 179 498	2 444 294	735 204	30%
Gastos Operacionais	18 953 034	17 558 122	1 394 912	8%
Resultado Operacional (EBIT)	12 258 866	12 065 741	193 125	2%
Resultado Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento (EBITDA)	20 143 146	19 849 356	293 790	1%
Resultados Financeiros	30 338	(11 380)	41 719	-367%
Resultado Antes de Impostos	12 289 205	12 054 361	234 844	2%
Imposto sobre o Rendimento do Período	2 338 041	2 663 976	(325 935)	-12%
Resultado Líquido do Período	9 951 164	9 390 385	560 778	6%

Análise dos Proveitos e Custos Operacionais

No exercício de 2020, a EDA Renováveis regista um Resultado líquido positivo de 9 951 mil euros, 6% superior ao valor obtido no ano de 2019.

Os Proveitos operacionais ascendem a 31 212 mil euros, evidenciando um acréscimo de 5%, face ao valor registado em 2019.

Em 2020, o resultado líquido da EDA Renováveis atingiu os 9 951 mil euros, 6% superior a valor de 2019.

	2020	2019	Varição 2020/2019
Vendas de Electricidade	28 303 476	28 026 271	1%
Hídrica	3 035 266	2 981 564	2%
Eólica	5 756 079	5 778 020	0%
Geotérmica	19 512 132	19 266 687	1%
Prestações de Serviços	66 715	0	-
Volume de Negócios	28 370 191	28 026 271	1%

Eur

O **Volume de negócios**, em 2020 totalizou 28 370 mil euros, valor ligeiramente superior ao ocorrido no ano anterior.

Os serviços prestados, relativos a trabalhos de captação de água atingiram o valor de 67 mil euros.

Relativamente ao previsto, para o ano de 2020, verifica-se um desvio de 2%, sendo que as vendas de energia

de origem geotérmica registam um desvio positivo de 1%, as vendas relativas a energia de origem hídrica um desvio negativo de 5% e as resultantes da energia eólica um desvio negativo de 11%.

Os **Trabalhos para a própria empresa**, no montante de 852 mil euros, registam um valor substancialmente mais elevado do que o verificado no ano anterior (419 mil euros) em resultado do reconhecimento de gastos com o investimento em curso ao nível dos recursos geotérmicos, com a campanha de perfuração e de outras ações de investimento e, embora com menor intensidade, também com o investimento nos parques fotovoltaicos. Do total, 433 mil euros são relativos a Gastos com Pessoal e 410 mil euros a Fornecimentos e Serviços Externos, quando no ano anterior se verificou um gasto de 70 mil euros.

A rubrica **Outros rendimentos e ganhos**, no valor de 1 987 mil euros, está relacionada fundamentalmente com reconhecimento de subsídios ao investimento, 1 108 mil euros, (913 mil euros relativos a ativos imobilizados de centrais geotérmicas e 195 mil Euros relativo a centrais eólicas), com o registo de compensações de deslastres efetuados ao parque eólico da Serra do Cume, 517 mil euros e ao excesso de estimativa de imposto do ano de 2018, resultante da aprovação de candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais de Investigação & Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), no valor de 302 mil euros.

As compensações referem-se a deslastres do Parque Eólico da Serra do Cume e resultam da aplicação do Despacho Normativo N.º 65/2011, de 17 de agosto, da Secretaria Regional do Ambiente e Energia, que estabelece as regras a observar pela Concessionária do Transporte e Distribuição de Electricidade da Região Autónoma dos Açores na deslastragem dos centros electroprodutores não vinculados ao serviço público, atendendo à prioridade estabelecida na colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de

entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

Do total das compensações, no valor de 517 mil euros, 342 mil euros estão refletidos em gastos, atendendo a que respeitam a deslastes provocados pelo “estatuto de interruptibilidade” da central geotérmica do Pico Alto, cujas condições técnicas de exploração não recomendam o seu deslastre, o que origina a saída dos parques eólicos, no caso, o Parque Eólico da Serra do Cume, que é compensado pelo valor da perda respetiva. Os remanescentes 174 mil Euros são compensações recebidas da TERAMB, empresa municipal de gestão de resíduos, relativas a deslastes do parque eólico da Serra do Cume decorrente igualmente das condições técnicas de interruptibilidade da central de valorização energética de resíduos.

O **Custo das matérias consumidas**, no valor de 241 mil euros, regista um decréscimo de 14% e está essencialmente associado à utilização de pentano nas centrais geotérmicas e de inibidores de precipitação de calcite nos poços geotérmico.

Os **Fornecimentos e serviços externos** ascenderam a 5 489 mil euros, apresentando um aumento de 7%, face ao valor registado em 2019. Do valor total desta rubrica 410 mil euros, estão relacionados com os trabalhos para a própria empresa, sendo que no ano anterior havia sido registado 70 mil euros.

Os **Gastos com o pessoal**, que representam cerca de 11% dos Gastos Operacionais, ascenderam em 2020 a 2 160 mil Euros, 7% acima do valor registado no ano anterior, em resultado do acréscimo do número de trabalhadores e dos gastos decorrentes da atualização salarial ocorrida em 2020.

Os **Outros gastos e perdas**, no valor de 3 179 mil euros, apresentam um acréscimo de 30% relativamente ao valor registado em 2019. Esta rubrica inclui essencialmente as compensações previstas nos contratos de concessão da exploração económica dos recursos geotérmicos situados no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, em São Miguel e no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, de 12,5% a aplicar ao valor das vendas de energia do ano, que totalizaram 2 439 mil euros

As compensações devidas por deslastes provocados pelo “estatuto de interruptibilidade” da Central Geotérmica do Pico Alto ascendeu de 528 mil Euros e referem-se a deslastes efetuados ao Parque Eólico da Serra do Cume, da própria empresa, no valor de 343 mil euros, e ao Parque Eólico da CAEN, no valor de 185 mil euros.

Os **Resultados financeiros** registam um valor positivo de 30 mil euros. Deste valor 68 mil euros respeitam a juros e rendimentos similares obtidos, relativos à aplicação de excedentes de tesouraria, na forma de empréstimo concedido em aberto, ao acionista EDA, que em 31 de dezembro de 2020 ascendia a 49 680 mil euros. Estes empréstimos são remunerados à taxa de juro média das emissões de Programas de Papel Comercial de Curto Prazo da EDA, no final do mês anterior ao da cedência ou, na ausência de emissões de Curto Prazo, à taxa da emissão do PPC de médio e longo prazo, também no final do mês imediatamente anterior ao da emissão, com prazo mais próximo da data da cedência, o que determinou uma taxa média de 0,14%.

Os Juros e gastos similares, no total de 38 mil euros, referem-se os juros suportados com empréstimos para financiamento da atividade da empresa no valor de 11 mil euros, outras despesas financeiras no valor de 27 mil euros.

EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	2020	2019	Variação 2020/2019		Eur
					Estr. 20
Ativos fixos tangíveis	68 876 842	63 231 252	5 645 590	9%	53%
Ativos intangíveis	214 021	216 488	(2 466)	-1%	0%
Outros investimentos financeiros	30 924	28 669	2 255	8%	0%
Clientes	209 224	0	209 224	-	0%
Ativos por impostos diferidos	7 699 305	7 587 489	111 815	1%	6%
Activo Não Corrente	77 030 316	71 063 898	5 966 418	8%	59%
Inventários	114 879	78 094	36 785	47%	0%
Clientes	3 448 828	3 540 379	(91 551)	-3%	3%
Acionistas	49 680 000	51 115 000	(1 435 000)	-3%	38%
Outros créditos a receber	38 303	177 878	(139 575)	-78%	0%
Diferimentos	111 094	102 354	8 740	9%	0%
Caixa e depósitos bancários	97 529	185 989	(88 461)	-48%	0%
Activo Corrente	53 490 632	55 199 694	(1 709 062)	-3%	41%
Activo	130 520 948	126 263 592	4 257 356	3%	100%
Capital subscrito	23 799 970	23 799 970	0	0%	21%
Reservas legais	4 759 994	4 759 994	0	0%	4%
Outras reservas	14 016	14 016	0	0%	0%
Resultados transitados	65 736 273	61 046 382	4 689 891	8%	58%
Outras variações no capital próprio	8 738 705	9 619 730	(881 024)	-9%	8%
Resultado líquido do período	9 951 164	9 390 385	560 779	6%	9%
Capital Próprio	113 000 122	108 630 477	4 369 646	4%	100%
Provisões	3 044 048	3 004 300	39 747	1%	17%
Financiamentos obtidos	1 954 545	2 818 182	(863 636)	-31%	11%
Outras dívidas a pagar	2 718 979	2 939 408	(220 429)	-7%	16%
Passivos por Impostos Diferidos	0	0	0	-	0%
Passivo Não Corrente	7 717 572	8 761 890	(1 044 318)	-12%	44%
Fornecedores	1 192 554	881 005	311 549	35%	7%
Estado e outros entes públicos	1 343 560	809 749	533 811	66%	8%
Financiamentos obtidos	867 507	2 045 639	(1 178 132)	-58%	5%
Outras dívidas a pagar	6 399 632	5 134 833	1 264 800	25%	37%
Passivo Corrente	9 803 253	8 871 225	932 028	11%	56%
Passivo	17 520 825	17 633 115	(112 290)	-1%	100%
Capital Próprio e Passivo	130 520 948	126 263 592	4 257 356	3%	

O Ativo Total ascende a 131 milhões de euros. O Ativo não corrente corresponde a 59%. O Ativo corrente, no valor de 53 milhões de euros, integra a conta Acionistas, representando a mesma 38% do Ativo total.

O **Ativo não corrente**, correspondente a 59% do ativo total, ascende a 77 030 mil euros, mais 8% do que o valor registado em 2019.

O **Ativo fixo tangível** ascende a 68 876 Mil Euros, mais 9%, do que o valor verificado no ano anterior. Os Terrenos, Edifícios e Outras Construções e Equipamento Básico representam 77,6% deste agregado e os ativos em construção 22,0%.

53

O Ativo em curso regista um acréscimo de 11 577 mil euros, relativamente ao ano anterior. Em 2020, foi efetuado um investimento no valor de 13 622 mil euros, nomeadamente 9 069 mil euros, no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, cujo ativo em curso ascende a 11 904 mil euros, 3 055 mil euros no Campo Geotérmico do Pico Alto, totalizando o ativo em curso de 3 479 Mil Euros e 720 mil euros e 122 mil euros, na construção dos Parques Fotovoltaicos da Ilhas de Sta. Maria e do Corvo, cujos imobilizados em curso correspondem a 1 190 Mil Euros e 148 Mil Euros, respetivamente. Acresce ainda as aquisições de 620 mil euros relativas a terrenos, (392 mil euros) e equipamento de transporte e administrativo.

A provisão para o desmantelamento dos Parques Eólicos em exploração sofreu um reforço de 95 mil euros, correspondente à dotação do ano.

As Imparidades acumuladas, em 31 de dezembro de 2020 ascendem a 31 471 mil euros. Deste total, 21 812 mil euros referem-se ao Campo Geotérmico do Pico Alto, 6 249 mil euros ao Poço PA1, do mesmo campo geotérmico, 1 958 mil euros ao Poço Geotérmico RG5, 1 202 mil euros ao Poço Geotérmico CL2 e 249 mil euros a outros equipamentos.

O campo geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, após diversos estudos e pareceres, foi determinado como uma área de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica e, na sequência, realizado 40 967 mil euros de investimento em estudos, perfuração e instalação de poços geotérmicos, do qual parte foi financiado, a fundo perdido pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e pelo European Economic Area Grants, no valor de 8 009 mil Euros, em 2009.

Em 2011, o poço geotérmico PA1, foi tecnicamente definido como “abandonado”, pelo que os gastos incorridos com o mesmo, no montante de 6 249 mil euros foram considerados irrecuperáveis e integralmente reconhecidos em 2011.

Em 2013, na sequência de nova avaliação da capacidade produtiva do campo geotérmico do Pico Alto foi calculada a quantia recuperável do investimento e constituída uma imparidade de 17 907 mil euros, reforçada posteriormente, em 2017, em 3 905 mil euros. Deste modo, as imparidades acumuladas constituídas relativas ao campo geotérmico do Pico Alto totalizavam no início do ano em análise, 21 811 mil euros.

Em setembro de 2017, entrou em exploração a central geotérmica do Pico Alto, com uma potência instalada de 3,5 MW, passível de expansão até 10 MW.

Anualmente os ativos deste campo geotérmico são sujeitos a testes de imparidade, tendo o valor de uso dos ativos, em 31 de dezembro de 2020, sido calculado em 10 045 mil euros, superior em 591 mil euros ao valor do ativo líquido registado, de 9 454 mil euros.

O cenário base do teste de imparidade assenta nos pressupostos contemplados no Plano Plurianual e Orçamento 2021-2025, nomeadamente a expansão da capacidade produtiva para 10 MW, num investimento adicional de 13 milhões de euros, para expansão da potência a instalar na central e de 13,3 milhões de euros, para perfuração e instalação de poços de captação de fluído geotérmico.

A campanha de perfuração encontra-se em curso e prevê para o Pico Alto a concretização de 2 ou 3 poços geotérmicos, direcionais, até uma profundidade máxima de cerca de 2 000 metros para assegurar a expansão e cobrir eventuais necessidades decorrentes de declínios de produtividade dos poços.

A vida útil dos ativos prevê o período do contrato de concessão da exploração do recurso. O custo médio ponderado do capital (WACC) foi de 5,08%.

A ponderação de cenários adversos relativamente ao cenário base, nomeadamente variação de -10%, nos cash-flows do projeto e de agravamento de um ponto percentual na WACC, conduz a valores de uso inferiores ao valor do ativo registado, em -1 941 mil euros e -2 005 mil euros, respetivamente, pelo que não foi efetuada a reversão determinada no cenário base de 591 mil euros, no valor da imparidade acumulada, mantendo-se assim o total de imparidades acumuladas no valor de 21 811 mil euros.

No Campo Geotérmico da Ribeira Grande, em São Miguel, registou-se, em 2013, uma imparidade de 1 202 mil euros relativa ao poço Geotérmico CL2. A imparidade correspondeu aos gastos de limpeza e reparação mecânica do poço, após ter sido detetada uma deformação no seu interior, condicionante da geração de geofluido e conseqüente viabilidade. O poço foi nestes termos desconsiderado do parque de poços de produção.

Ainda no campo Geotérmico a Ribeira Grande, foi, em 2016, constituída uma imparidade de 1 958 mil euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5, por ter sido reconhecida a sua inviabilidade económica.

Os **Ativos por impostos diferidos** ascendem a 7 699 mil euros e estão relacionados com a constituição de imparidades de ativos (Campo Geotérmico do Pico Alto e poço geotérmico RG5), reexpressão de ativos produtivos, provisão para desmantelamento dos Parques Eólicos, relativamente às depreciações associadas ao Parque Eólico da Serra do Cume (Ilha Graciosa) e Benefícios fiscais relativos à candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE), bem como a imparidades de clientes.

No final do ano de 2020, o Ativo corrente correspondente a 41% do ativo total, ascendia a 53 700 mil euros, menos 1 500 mil euros do que o valor registado em 2019, em resultado, essencialmente o decréscimo da **Conta Acionista**, que representa 93% deste total, no valor de 49 680 mil euros. A concessão de empréstimos enquadra-se no âmbito da gestão financeira integrada do grupo EDA, conforme previsto no artigo 4^a dos estatutos da empresa mãe, relativamente à definição da estratégia, da coordenação da atividade e da gestão global das funções comuns, nomeadamente na área financeira, com vista à obtenção de sinergias de grupo.

O Passivo da EDA Renováveis totaliza 17 521 mil euros, menos 1%, do que o valor verificado em 2019. Os empréstimos concedidos a acionistas totalizam 49 680 mil euros.

O Passivo em 31 de dezembro de 2020 ascendia a 17 521 mil euros.

Destaca-se ao nível do Passivo, as rubricas de **Outras dívidas a pagar**, no valor de 9 119 mil euros, que representa 52% desse agregado. As responsabilidades respeitam essencialmente ao pagamento a fornecedores, relacionados com investimento em curso, no valor de 3 191 mil Euros, à contrapartida financeira

pela exploração de recursos geotérmicos, no valor de 2 439 mil euros, a ajustamentos por impostos a pagar no futuro, referente aos subsídios ao investimento reconhecidos ao nível do Capital próprio, no valor de 2 253 mil euros, a garantias prestadas por fornecedores de imobilizado, no valor de 591 mil euros e ainda, a outros acréscimos de gastos, no valor de 645 mil euros relativos a pessoal e a terceiros.

(mil Eur)

	Corrente		Não corrente		Total		Var. 2020/2019	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019		
Empréstimos bancários	868	2 046	1 955	2 818	2 822	4 864	(2 042)	-42%
Juros e gastos similares suportados					38	76	(38)	-50%
Custo médio ponderado			-	-	0,98%	1,29%	(0)	-24%

56

Os **financiamentos obtidos** totalizam 2 822 mil euros e referem-se exclusivamente a empréstimos contratualizados com o Banco Europeu de Investimentos (BEI), cuja amortização final está prevista ocorrer em 2024. O custo médio da dívida da EDA Renováveis em 2020 foi de 0,98%

A rubrica de **Provisões**, no valor de 3 044 mil euros, relativa ao desmantelamento dos parques eólicos contempla a operação e a reposição do terreno nas condições iniciais. Em 2020, procedeu-se ao reforço, no valor de 39 mil euros. Deste montante 41 mil euros respeitam à dotação do ano e -1,5 mil euros à atualização da taxa de desconto e da taxa de inflação.

Os Capitais Próprios da EDA Renováveis ascendem a 113 000 mil euros, mais 4% do que o valor verificado em 2020.

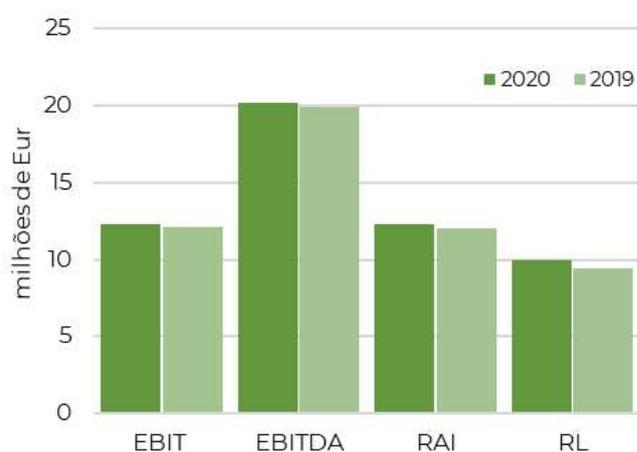
Os Capitais próprios da empresa totalizam 113 000 mil euros, apresentando um acréscimo de 3 370 mil euros, decorrente do efeito conjugado do resultado do exercício, da aplicação do resultado do período anterior e da amortização dos subsídios não reembolsáveis ao investimento.

Em 2020, destaca-se o Resultado líquido no valor de 9 951 mil euros, a distribuição de dividendos no valor de 4700 mil Euros e a amortização de subsídios ao investimento no valor de 1 108 mil Euros.

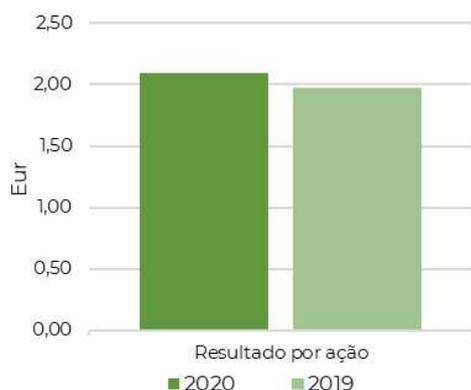
RESULTADOS DO PERÍODO

	Eur			
	2020	2019	Variação 2020/2019	
EBIT	12 258 866	12 065 741	193 125	2%
EBITDA	20 143 146	19 849 356	293 790	1%
Resultados Financeiros	30 338	(11 380)	41 719	-367%
Resultado Antes de Impostos	12 289 205	12 054 361	234 844	2%
Resultado Líquido do Período	9 951 164	9 390 385	560 778	6%
Resultado por ação	2,09	1,97	0,12	6%

Em 2020, o Resultado operacional foi de 12 259 mil euros, o que representa um acréscimo de 2%, face ao valor verificado em 2019, correspondente a mais 193 mil Euros. Por sua vez, o EBITDA apresentou um acréscimo de 1%, situando-se nos 20 143 mil euros.

57


O Resultado líquido do período ascendeu a 9 951 mil euros, mais 561 mil euros que em 2019, o que corresponde a um acréscimo de 6%. Tendo em conta esse rendimento e o número de ações, determina-se um resultado por ação de 2,09 euros, superior em 0,12 euros por ação, quando comparado com o valor verificado em 2019.



Os principais indicadores financeiros, durante o período entre 2016 e 2020, apresentam a seguinte evolução, sendo de destacar os resultados obtidos e a solidez económica e financeira da empresa.

	2020	2019	2018	2017	2016
Volume de negócios	28 370 191	28 026 272	28 977 275	27 299 374	24 109 178
EBITDA	20 143 146	19 849 356	20 832 540	20 747 806	17 936 943
EBIT	12 258 866	12 065 741	12 923 946	6 486 816	7 983 699
Resultado antes de impostos	12 289 205	12 054 361	12 901 036	6 437 010	7 985 768
Resultado Líquido do período	9 951 164	9 390 385	10 111 491	8 700 334	6 192 645
Resultado por ação	2,09	1,97	2,12	1,83	1,30
Cash-Flow	16 766 983	16 172 428	16 744 685	21 042 983	16 207 581
VAB	21 933 075	20 706 762	21 497 339	20 353 238	19 021 929
Ativo Líquido	130 520 948	126 263 592	125 142 100	123 223 529	122 206 204
Investimento (ano)	13 621 703	2 887 295	2 996 579	3 528 518	12 321 832
Capital próprio	113 000 122	108 630 477	105 179 065	100 709 047	97 125 153
Endividamento (Passivo/Ativo)	13%	14%	16%	18%	21%
Gearing (Financiamentos/Financ.+Capital Proprio)	2,4%	4,3%	6,2%	8,4%	10,7%
Autonomia Financeira (Capital próprio/Ativo total)	87%	86%	84%	82%	79%
Solvabilidade (Capital próprio/ Passivo total)	645%	616%	527%	447%	387%
Número de trabalhadores	70	60	54	53	49

PERSPETIVAS

Para o ano de 2021, a EDA Renováveis estima que a produção de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos seja de 280,5 GWh, sendo a produção a partir da fonte geotérmica responsável por 186,7 GWh, a produção de energia elétrica de origem hídrica de 31,4 GWh, de origem eólica de 61,5 GWh e de origem fotovoltaica de 0,8 GWh

A EDA Renováveis, tendo em consideração os limites técnicos de integração da energia no sistema elétrico de cada uma das ilhas, procura otimizar o acréscimo de produção de energia elétrica através de fontes energéticas renováveis, aproveitando, sempre que possível, os recursos endógenos geotérmicos, eólicos, hídricos e fotovoltaicos.

No futuro próximo, na sequência dos investimentos programados nos sistemas de armazenamento de energia, baseados em baterias, a instalar nas ilhas de S. Maria, São Miguel, Terceira, S. Jorge, Pico, Faial e Corvo, a realizar pela EDA, prevê-se uma maior capacidade de penetração de energias renováveis por substituição de parte da energia térmica de base, permitindo aumentar a parcela da emissão de energia com origem em energias renováveis/recursos endógenos para 61%, no total dos Açores, em 2025.

Para o período de 2020 a 2025 está previsto um investimento total de cerca de 110 milhões de euros.

Destacam-se 69 milhões para a expansão (12 MW) e consolidação da exploração dos recursos geotérmicos, dos quais 19,4 milhões de euros para a Central da Ribeira Grande (Cachaços Lombadas), 23 milhões de euros para a Central do Pico Vermelho, em São Miguel e 26 milhões de euros a investir na Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira.

O plano de investimentos contempla ainda a substituição dos aerogeradores dos parques das ilhas de Sta. Maria, São Miguel, São Jorge Pico e Flores, com um reforço global da potência instalada de 8,2 MW e um investimento previsto de 15,5 milhões de Euros, face à aproximação do fim da vida útil de alguns dos aerogeradores.

Encontra-se em curso a instalação de parques fotovoltaicos nas ilhas de Sta. Maria e Corvo e em avaliação a instalação de parques nas ilhas São Miguel, São Jorge, Pico, Faial, Flores, com uma potência total a instalar de cerca de 8,9 MW.

Ao nível dos recursos hídricos decorre o estudo para a instalação de um novo aproveitamento na ilha das Flores, com uma potência 1,1 MW.

De acordo com o perspectivado no plano de negócios da empresa espera-se em 2021 atingir um Volume de negócios de 28 435 mil euros e um Resultado líquido de 8 681 mil euros.

INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E ÓRGÃOS SOCIAIS

Objeto Social e Acionistas

A EDA Renováveis é uma sociedade anónima, criada em 2 de fevereiro de 1990, com sede na Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada Regional da Lagoa do Fogo, na Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel. A sociedade tem por objeto social o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos, solares, resíduos e outros para a produção de eletricidade ou outros fins. O capital social da sociedade é de 23 799 970 Euros, representado por 4 759 994 ações, com o valor nominal de 5,00 euros cada. A EDA – Electricidade dos Açores, S.A. detém 99,68% do capital social da empresa e a SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda. uma participação de 0,32%.

60

Ações Próprias

Em 31 dezembro de 2020 a empresa não detinha ações próprias.

Sucursais da sociedade

A empresa não detém quaisquer sucursais.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não existem situações, entre a data de encerramento do exercício económico e a presente data que mereçam destaque especial e que tenham afetado a situação patrimonial da empresa.

Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem negócios entre a sociedade e os seus administradores, nomeadamente quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

Concessões de exploração de recursos naturais

A empresa detém a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados no concelho da Ribeira Grande, por um período de 25 anos, contados a partir de 16 de junho de 2020, prorrogável, bem como a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados na zona no Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017, cuja área foi alargada em 6 de janeiro de 2021.

Ao nível da exploração de recursos hídricos a empresa detém as seguintes concessões para a captação de água superficial para produção de energia, na ilha de São Miguel, relativa à Ribeira Grande, no local do Salto do Cabrito, pelo prazo de 35 anos, contados a partir de 16 de janeiro de 2008; à Ribeira Quente, nos locais de Tambores, Canário e Foz da Ribeira, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2018 e dos Túneis, contados a partir de 27 de outubro de 2015; bem como da Ribeira da Praia, nos locais da Fábrica Nova e da Ribeira da Praia, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 12 de janeiro de 2018. Detém ainda a concessão para a captação de água superficial para a produção de energia hidroelétrica na ilha das Flores, relativamente às Ribeiras de Além Fazenda, Badanela, Fazenda, Algares, do Meio e Cascalho, no concelho de Santa Cruz das Flores, local de Além Fazenda, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 16 de dezembro de 2019 e da Ribeira Grande, no concelho das Lajes das Flores, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 27 de setembro de 2018.

Os parques eólicos detêm as respetivas licenças de exploração.

Informação relativa ao disposto no Art.º 16º, do Decreto Legislativo Regional N.º 7/2008–A, de 24 de março

A EDA Renováveis, S.A é uma empresa pública, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008–A, de 24 de março, pelos que deve, conforme Art.º 16, do referido diploma, prestar as informações complementares que seguidamente se explicitam.

62

Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas aplicáveis à EDA Renováveis são vertidas nas propostas de Plano Plurianual e Orçamento que anualmente são submetidas a aprovação da Assembleia Geral. O Plano Plurianual, 2020-2024 foi aprovado pela Assembleia Geral, realizada em 17 de dezembro de 2019 de e está disponível em:

<http://www.eda.pt/GrupoEda/Paginas/FichaEmpresaEDARENNOVAVEIS.aspx>.

As orientações estratégicas são ainda fixadas anualmente em objetivos e indicadores financeiros e não financeiros, conforme quadro seguinte:

Resolução do Conselho de Governo n.º117/2017, de 27 de outubro

Tipo	Taxa Ponderação	Área de Atuação	Taxa Ponderação	Indicadores	Taxa Ponderação	2020 - Plano	2020 Objetivos	Execução 2020	Limites, desvio padrão 5%		Grau de Cumprimento	Pontuação			
									95%	105%					
Indicadores Financeiros	80%	Eficiência e Atividade	16%	Custos Operacionais /EBITDA	EBITDA/Custos Operacionais (*) (**)	8%	261,77%	261,77%	255,32%	248,7%		0,98	8,00%		
				Custos Com Pessoal /EBITDA	EBITDA/Custos Pessoal (*)	6%	1038,3%	1038,3%	932,7%	986,4%		0,90	5,39%		
				Prazo Médio de Pagamentos	PMP	2%	60,1	70,9	64,4		74	1,09	2,00%		
		Endividamento	0%	Gastos de Financ./ Dívida Financeira	16%	Juros e Gastos Similares Obtidos/ Financiamentos Obtidos		0%	0,245%	0,300%	2,414%		0,315%	-6,05	0,00%
						EBITDA/Receitas Próprias	EBITDA	16%	21 045 716	21 045 716	20 143 146	19 993 430		0,96	16,00%
		Proveitos	16%	EBITDA/Proveitos	16%	EBITDA/Proveitos Operacionais		16%	68,81%	68,81%	66,35%	65,4%		0,96	16,00%
						Resultado Antes de Imposto	Resultado Antes de Imposto	16%	13 059 553	13 060 000	12 289 205	12 406 576		0,94	15,06%
		Resultados	16%	Autonomia financeira	8%	Autonomia financeira = Capital Próprio / Ativo Total		8%	78,21%	78,21%	86,50%	74,3%		1,11	8,00%
						Solvabilidade	Solvabilidade = Capital Próprio / PassivoTotal	8%	358,91%	358,91%	644,39%	341,0%		1,80	8,00%
							80%							78,45%	
Indicadores Não Financeiros	20%	Qualidade de Serviço	5%	Adoptar metodologias para melhoria contínua da qualidade de serviço prestado e grau de satisfação dos clientes	Nº de Eventos, com origem nos centros produtores da EDA R causadores de deslizes na rede pública de abastecimento de energia eléctrica: <= 50	5%	50	50	18			1,00	5,00%		
				Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da empresa, e promover a igualdade e a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional	Taxa de Cobertura de Formação > 50%	2%	50%	50%	44%		0,00	0,00%			
		Política de RH	5%	Realização de pelo menos 2 ações de formação /valorização sobre segurança e saúde no trabalho		2%	2	2	3		1,00	2,00%			
				Número de rotinas, atos e exames médicos s de Trabalho pelo Serviço de Medicina >30		1%	40	30	45		1,00	1,00%			
		Sistemas de informação	5%	Utilizar as tecnologias de informação que forem mais adequadas e com menor custo para a prestação de informação, garantindo a transparência de processos e o cumprimento dos normativos contabilísticos, bem como promover medidas de controlo interno adequadas à dimensão e complexidade da empresa;	Integração do projecto EDA IA-SAP, na empresa	5%	1	1	1		1,00	5,00%			
Política de inovação e sustentabilidade	5%	Implementar políticas de inovação científica e tecnologicamente consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, produtos ou serviços, processos e abordagens, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental.	Publicações em Congressos Internacionais	5%	2	2	2		1,00	5,00%					
					20%							18,00%			
Avaliação Total				ICD - Indicador Global de Desempenho								96,45%			

(*) - indicador invertido;

(**) - Os Custos Operacionais correspondem à soma das rubricas de Custo da Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e Custos com Pessoal.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com o Art.º 7.º do pacto social é composto pela Assembleia Geral, Conselho de Administração e Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com o previsto no Art.º 20.º, do pacto social da sociedade é constituído por um Fiscal Único.

Os Órgãos Sociais, para o triénio 2019/2021, foram eleitos na reunião da Assembleia Geral, realizada no dia 6 maio de 2019. A sua composição durante o ano de 2020, foi a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel
Vice-presidente: Fernando Manuel Rodrigues Ferreira
Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

Conselho de Administração

Presidente (executivo): Duarte José Botelho da Ponte
Administrador (executivo): Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins
Administrador (executivo): José Luís Pimentel Amaral
Administrador (executivo): Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte
Administrador (executivo): David Luís Ramalhinho Estrela

Fiscal Único

Efetivo: UHY & Associados, SROC, Lda, representada por Manuel Luís Fernandes Branco ROC n.º 652;
Suplente: Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda., representada por Duarte Félix Tavares Giesta, ROC n.º 520.

Nos termos do n.º 3, do art.º 398.º, do Código das Sociedades Comerciais os membros do Conselho de Administração e o Fiscal Único foram dispensados da prestação de caução.

Na sequência da renúncia da Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por deliberação

Assembleia Geral, de 5 de março de 2021, foi nomeada para Presidente da Mesa Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda.

Também por deliberação da Assembleia Geral, realizada no dia 5 de março de 2021, foi alterada a composição dos Órgãos Sociais da sociedade na sequência da apresentação, nos termos do art.º 24. do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, da renúncia ao mandato em curso do presidente do Conselho de Administração, Duarte José Botelho da Ponte e da administradora Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins e ainda da demissão, por mera conveniência, do administrador, José Luís Pimentel Amaral, nos termos do art.º 23 do mesmo diploma.

Assim, a composição do Conselho de Administração, na sequência da deliberação da Assembleia Geral datada de 5 de março de 2021, para o mandato de 2019/2021 é atualmente a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Vice-Presidente: Fernando Manuel Rodrigues Ferreira

Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

Conselho de Administração

Presidente: Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Administrador: Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Administrador: David Luís Ramalhinho Estrela

Administrador: Francisco Manuel Sousa Botelho

Administrador: António Félix Flores Rodrigues

Fiscal Único

Efetivo: UHY & Associados, SROC, Lda., representada por Manuel Luís Fernandes Branco
ROC n.º 652

Suplente: Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda., representada por Duarte Félix Tavares
Giesta, ROC n.º 520

Principais elementos curriculares e as funções exercidas por cada um dos membros do órgão de gestão e administração em 2020

Duarte José Botelho da Ponte

Licenciado em Engenharia Química, em 1976, pela Universidade do Porto, Doutorado em Tecnologia Alimentar, em 1986, pela Universidade Wageningen, Holanda, Professor Associado da Universidade dos Açores, exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, entre 1989 e 1993, de Pró-Reitor da Universidade dos Açores, para as áreas da Ciência e do Planeamento, entre 1991 e 1996, de Secretário Regional da Economia do Governo Regional dos Açores, entre 1996 e 2008, de Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, desde 2009 à data, Presidente da Direção da Escola de Novas Tecnologias dos Açores entre 2010 e 2013, Presidente do Conselho de Administração da EDA, S.A e de Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A., de maio de 2011 à março de 2020.

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins

Licenciada em Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1987. Quadro Superior da Electricidade dos Açores, S.A. desde 1987, onde exerceu as funções de Chefe de Serviço de Plano e Informação de Gestão, de 1990 a 1998; Diretora da Direção de Serviços Comercial e de Controlo de Gestão do Centro de Exploração da ilha de São Miguel, de janeiro de 1999 a novembro de 2000; Diretora da Direção Planeamento de Redes e Análise de Investimentos, de novembro a dezembro de 2000. Adjunta do Secretário Regional da Economia, do VIII Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2000 a dezembro de 2004; Membro do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de junho de 2002 a novembro de 2009 e de maio de 2014 à data. Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Economia do IX Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2004 a novembro de 2008; Assessora do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A., em regime de cedência pela EDA, S.A., de novembro de 2008 a março de 2009; Vogal do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A, de abril de 2009 a março de 2012. Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A., de maio de 2011 a fevereiro de 2018. Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2011 a março de 2020. Presidente do Conselho Administração da Norma Açores, S.A., de abril

de 2012 a fevereiro de 2020. Vogal do Conselho de Administração da Globaleda, S.A, de abril de 2012 a janeiro de 2016 e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda, S.A., desde dessa data a novembro de 2019.

José Luís Pimentel Amaral

66

Licenciado em Matemática/Físico-Química (Matemática- via ensino) pela Universidade dos Açores. é professor de Matemática da Escola Secundária Domingos Rebelo, tendo exercido vários cargos no âmbito da categoria profissional. Exerceu ainda funções na Direção Regional da Educação e foi Professor Assistente Convidado do Departamento de Matemática da academia açoriana. Entre 1996 e 2000 foi Diretor do Centro de Formação Profissional dos Açores e Escola Profissional de Capelas, tendo assumido também o cargo de Presidente do Fundo Autónomo da Direção Regional do Emprego e Formação Profissional do Governo Regional dos Açores. Em 2000 foi Adjunto do Secretário Regional da Economia, tendo desempenhado o cargo de Diretor Regional do Comércio, Indústria e Energia dos VIII e IX Governos Regionais dos Açores entre 2001 e 2008, com competências delegadas para a IRAE - Inspeção Regional das Atividades Económicas. Ao longo do seu percurso exerceu ainda outras funções, sendo de destacar a de Presidente da Direção do INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, Presidente da Direção da ENTA – Escola das Novas Tecnologias dos Açores e Fundador e Presidente da Direção da ARENA – Agência Regional de Energia e Ambiente dos Açores. Foi coordenador e dinamizador regional de vários projetos, onde se destaca a Estratégia para a Qualidade na RAA; Plano Tecnológico e Inovação Empresarial – INOTEC Empresa; Green-Island em parceria com o MIT- Portugal; ProEnergia; Seproqual – Segurança e Promoção da Qualidade Alimentar. Exerceu ainda as funções de Assessor Coordenador para os Assuntos Económicos e Cooperação Externa do Senhor Presidente do Governo no X governo regional e foi Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor, Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A. de maio de 2014 à data e Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2014 à março de 2020.

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Licenciado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa em 1979 e durante o ano de 1993 tira uma Pós-graduação em Utility Management

pela Universidade de Dublin, na Irlanda. Inicia a sua carreira profissional na metalomecânica Ferrotec em 1980 e ingressa na Empresa de Electricidade dos Açores em 1982. Em 1986 assume o cargo de Chefe de Serviço de Produção e em 1989 é nomeado Diretor do Centro de Energias Alternativas da EDA; de 1990 até janeiro de 1995, desempenha o cargo de Gerente da EEG - Empresa de Electricidade e Gás; em 1994 é nomeado Diretor de Exploração da Empresa de Electricidade dos Açores, e em 1995 Administrador Delegado da SOGEO, Sociedade Geotérmica dos Açores. Em 2000 é nomeado Administrador Delegado da Geoterceira, cargo que manteve até à sua incorporação na EDA Renováveis em 2014. Mantém o cargo de Administrador na EDA Renováveis, designação adotada pela SOGEO, desde 2013, na sequência da incorporação da EEG.

67

David Luís Ramalhinho Estrela

Bacharel em Engenharia de Máquinas, em 1987, pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, quadro superior da EDA - Eletricidade dos Açores S.A. desde 1990, exerceu os cargos de Chefe de Serviço da Central Termoelétrica de Ponta Delgada, entre 1993 e 1999, de Coordenador da área de Energias Renováveis da Eletricidade dos Açores, S.A., entre 1999 e 2001, de Gerente executivo da Empresa de Eletricidade e Gás, Lda – Empresa do Grupo EDA, entre 1999 e 2013, e de Administrador da empresa EDA Renováveis, desde 2013.

Principais elementos curriculares e as funções exercidas por cada um dos novos membros do órgão de gestão e administração eleitos na Assembleia Geral de 5 de março de 2021

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em julho de 1985.

Assistente Estagiário da Universidade dos Açores, Departamento de Economia e Gestão, de novembro de 1985 a março de 1987, período em que lecionou as cadeiras de Contabilidade III (Analítica ou de Custos) e Controlo Orçamental.

Subdiretor da Caixa Económica da Misericórdia da Ponta Delgada, de março de 1987 a novembro de 1988, com responsabilidade nas áreas financeira, administrativa e informática.

Monitor do Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, de março de 1987 a março de 1990, período em que lecionou as cadeiras de Contabilidade Analítica e Controlo Orçamental.

Diretor Regional do Tesouro, da Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, em regime de Comissão de Serviço, requisitado à Caixa Económica de Misericórdia de Ponta Delgada, de novembro de 1988 a novembro de 1989.

Vogal do Conselho de Administração do Banco Comercial dos Açores (BCA), nomeado pelo Governo da Região Autónoma dos Açores, de novembro de 1989 a setembro de 1996, data de conclusão do processo de reprivatização do BCA.

Diretor do Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), de outubro de 1996 a dezembro de 2008, tendo sido responsável sucessivamente pela Direção Operacional e Direção de Planeamento e Contabilidade.

Coordenador do projeto de implementação das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) no Grupo Banif, adotadas a partir de 1/1/2005, entre julho de 2004 e junho de 2006.

Diretor do Banif - Banco Internacional do Funchal (Banif), de julho de 2007 a dezembro de 2015, inicialmente em regime de cedência do Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA) até 1/1/2009, data em que este foi integrado por fusão no Banif, tendo sido responsável sucessivamente pelas Direção de Contabilidade, Orçamento e Estatística, Direção de Contabilidade e Planeamento e Direção de Contabilidade e Controlo.

Vogal do Conselho de Administração das empresas do Grupo SATA (SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, S.G.P.S., S.A., SATA Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A., SATA Internacional - Azores Airlines, S.A., SATA -Gestão de Aeródromos, S.A.) de 6/4/2016 a 31/10/2016, tendo cessado as funções por renúncia ao cargo.

Administrador da Universidade dos Açores, em regime de comissão de serviço, desde 15 de maio de 2018 até à presente data.

Francisco Manuel Sousa Botelho

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, ramo de Produção, Transporte e Distribuição de Energia, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1985, fez o Programa Avançado de Gestão para Executivos da Universidade Católica Portuguesa, em 1994/1995. Quadro Superior da EDA - Electricidade dos Açores, S.A., desde 1986, foi requisitado pela

Direção Regional de Energia da Secretaria Regional da Economia, entre 1989 e 1990, onde trabalhou, entre outros, no Plano Energético Regional. Foi Chefe do Serviço de Planeamento da EDA, entre 1995 e 1997, ano a partir do qual passou a membro do Conselho de Administração, durante dezassete anos, tendo representado a empresa na negociação dos sistemas de convergência dos preços da energia elétrica entre as Regiões Autónomas e o Continente e da entrada da EDP no capital social da EDA como parceiro estratégico. Foi ainda membro do Conselho de Administração da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., Gerente da EEG - Empresa de Electricidade e Gás, Lda., Vogal da Direção da Fundação Engenheiro José Cordeiro, Presidente da Assembleia Geral da TV Cabo – Açores, Presidente da Assembleia Geral da SOGEO - Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A., Membro do Conselho de Administração da ARENA – Agência Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores, Presidente da Assembleia Geral da Geoterceira, S.A., Membro do Conselho Consultivo da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e Presidente da Assembleia Geral da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.. É Membro do Conselho Directivo da ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, Membro do Conselho Externo de Aconselhamento e Aferição (CEAA) da Iniciativa Energy for Sustainability (Efs) da Universidade de Coimbra (UC), Membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico (CC APVE) e Membro da Mesa da Assembleia Geral da APE – Associação Portuguesa de Energia, representante em Portugal do WEC – World Energy Council.

António Félix Flores Rodrigues

Licenciado em Física, em 1986, pela Universidade de Lisboa, com Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em Biofísica pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Coimbra, em 1994, Doutorado em Ciências do Ambiente-Ramo Poluição Atmosférica, em 2001, pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Aveiro, é Professor Auxiliar da Universidade dos Açores, onde exerceu os cargos de Diretor dos Cursos de Engenharia do Ambiente, de Engenharia e Gestão do Ambiente e de Mestrado em Engenharia do Ambiente entre 2001 e 2018 e de membro do Conselho Geral da Universidade dos Açores em dois mandatos consecutivos entre 2015 e 2021. Lecionou disciplinas nos cursos de: Engenharia Agrícola, Engenharia Zootécnica, Engenharia do Ambiente, Mestrado em Engenharia do Ambiente, Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, Mestrado em Engenharia e Gestão de Sistemas de Água, Mestrado em Ambiente Saúde e Segurança, Mestrado em Ensino de Física e Química, Engenharia e Gestão do

Ambiente, Doutoramento em Gestão Interdisciplinar da Paisagem (Universidade dos Açores, Universidade de Évora e Instituto Superior de Agronomia), Preparatórios de Ciências da Nutrição (parceria com a Universidade do Porto), Preparatórios de Medicina Veterinária (parceria com a Universidade Técnica de Lisboa), Preparatórios de Ciências Farmacêuticas (parceria com a Universidade do Porto), licenciatura em Tecnologia Agro-Alimentar, licenciatura em Guias da Natureza, licenciatura em Natureza e Património, licenciatura em Enfermagem e Licenciatura em Energias Renováveis, todos da Universidade dos Açores, para além de outros cursos não conferentes de grau. Coordenou e colaborou em mais de uma dezena de projetos de investigação científica com universidades portuguesas e estrangeiras e foi membro da Comissão Organizadora de vários Congressos Nacionais e Internacionais. Participou na Missão Portuguesa de Ensino na Universidade Díli em Timor Leste em 2001. Possui um vasto conjunto de artigos científicos publicados em diversos domínios científicos e orientou dezenas de teses de mestrado e dois doutoramentos. Foi vogal do Conselho de Administração da Empresa Municipal Culturangra, entre 2009-2010 e Deputado à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores entre 2014 e 2015.

Cargos Ocupados pelos Administradores noutras Empresas em 2020

Duarte José Botelho da Ponte: Presidente do Conselho de Administradora da EDA, S.A., durante o presente exercício e Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: Presidente do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A, até fevereiro de 2020.

José Luís Pimentel Amaral: Administrador da EDA, S. A e vogal do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

Cargos Ocupados pelos Administradores eleitos na Assembleia Geral de 5 de março de 2021 noutras Empresas

Nuno Henrique Oliveira Pimentel: Presidente do Conselho de Administração da EDA, Eletricidade dos Açores, S.A., desde 5 de março de 2021.

Francisco Manuel Sousa Botelho: Administrador Executivo da EDA, Eletricidade dos Açores, S.

A., desde 5 de março de 2021

António Félix Flores Rodrigues: Administrador Não Executivo, na EDA, Eletricidade dos Açores, S. A. desde 5 de março de 2021

Remunerações do Órgão de Gestão e Administração

71

A Assembleia Geral, na sequência da eleição dos Órgãos Sociais para o triénio 2019/2021, fixou as respetivas remunerações e benefícios sociais para os três membros do Conselho de Administração remunerados, Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte, no valor fixo de € 5.796,00 e Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins e David Luís Ramalhinho Estrela, no valor fixo de € 5.546,37, a processar 14 vezes por ano, sujeitas às reduções legais aplicáveis.

Nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro, deliberou atribuir aos Administradores Executivos os benefícios sociais em vigor na empresa para os seus trabalhadores, nomeadamente subsídio de almoço, complemento de abono de família, seguro de saúde e desconto de eletricidade.

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos do Conselho de Administração no ano de 2020 corresponderam a:

(Eur)			
Órgão de Gestão	Remunerações Brutas	Benefícios Sociais e Encargos	Total
Administrador	77 086,80	22 414,87	99 501,67
Administrador	72 638,19	21 800,84	94 439,03
Administrador	73 766,70	22 797,72	96 564,42
	223 491,69	67 013,43	290 505,12

A remuneração contratualizada com o Fiscal Único é de 1.250,00 Euros mensais a processar 12 vezes por ano.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

Indicação do número de reuniões do Órgão de Gestão e Administração, com referência sucinta às matérias versadas

Durante o ano de 2020, o Conselho de Administração realizou 25 reuniões para deliberar sobre assuntos relativos à gestão corrente da sociedade. As matérias versadas respeitaram ao Relatório e Contas, à execução do Plano e de Atividades e Orçamento de acordo com a estratégia delineada, à gestão corrente da sociedade nas áreas da exploração dos recursos geotérmico, hídrico e eólico, à apreciação mensal as contas e principais indicadores da atividade. Para cada reunião do Conselho de Administração foram elaboradas atas com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 16º, alínea g), dos Estatutos da Empresa, propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2020, no valor de 9 951 163,97 euros, (nove milhões, novecentos e cinquenta e um mil cento e sessenta e três euros e noventa e sete cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Para:

Dividendos 4 975 622,00 euros

Resultados Transitados 4 975 541,97 euros

Ponta Delgada, 31 de março de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **NUNO HENRIQUE OLIVEIRA PIMENTEL**

Num. de Identificação: BI055232906

Data: 2021.03.31 15:18:21+00'00'



Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Assinado por: **CARLOS ALBERTO RAPOSO BICUDO DA PONTE**

Num. de Identificação: BI023130245

Data: 2021.03.31 13:47:28+00'00'



Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Assinado por: **David Luís Ramalinho Estrela**

Num. de Identificação: BI07292220

Data: 2021.03.31 14:10:25+00'00'



David Luís Ramalinho Estrela

Assinado por: **Francisco Manuel Sousa Botelho**

Num. de Identificação: BI06084973

Data: 2021.03.31 14:53:12+00'00'

Francisco Manuel Sousa Botelho

Assinado por: **António Félix Flores Rodrigues**

Num. de Identificação: BI06275300

Data: 2021.03.31 15:03:24+00'00'

António Félix Flores Rodrigues

EDA Renováveis, S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice das demonstrações financeiras

BALANÇO	77
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	78
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	79
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	80
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	81

1	Introdução.....	81
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	82
3	Principais políticas contabilísticas	84
4	Fluxos de caixa	100
5	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	100
6	Ativos fixos tangíveis.....	102
7	Ativos intangíveis.....	109
8	Outros investimentos financeiros.....	110
9	Ativos e passivos por impostos diferidos.....	110
10	Inventários.....	111
11	Clientes.....	112
12	Estado e outros entes públicos.....	113
13	Acionistas.....	113
14	Outros créditos a receber	114
15	Diferimentos.....	114
16	Capital subscrito.....	114
17	Reservas legais e outras.....	115
18	Outras variações no capital próprio.....	116
19	Provisões.....	117
20	Financiamentos obtidos.....	118
21	Fornecedores	118
22	Outras dívidas a pagar	119
23	Vendas e serviços prestados.....	120
24	Trabalhos para a própria entidade	120
25	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	121
26	Fornecimentos e serviços externos.....	121
27	Gastos com pessoal	122
28	Outros rendimentos.....	123
29	Outros gastos.....	124
30	Gastos e rendimentos financeiros	124
31	Imposto sobre o rendimento	125
32	Dividendos	126
33	Compromissos.....	126
34	Contingências.....	127
35	Matérias ambientais.....	128
36	Partes relacionadas.....	129
37	Gestão de Risco.....	132
38	Disposições legais.....	133
39	Eventos subsequentes.....	133

BALANÇO

	Nota	31 de dezembro	
		2020	2019
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	68 876 842	63 231 252
Ativos intangíveis	7	214 021	216 488
Outros investimentos financeiros	8	30 924	28 669
Clientes	11	209 224	-
Ativos por impostos diferidos	9	7 699 305	7 587 489
		77 030 316	71 063 898
Corrente			
Inventários	10	114 879	78 094
Clientes	11	3 448 828	3 540 379
Acionistas	13	49 680 000	51 115 000
Outros créditos a receber	14	38 302	177 878
Diferimentos	15	111 094	102 354
Caixa e depósitos bancários	4	97 529	185 989
		53 490 632	55 199 694
Total do ativo		130 520 948	126 263 592
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	16	23 799 970	23 799 970
Reservas legais	17	4 759 994	4 759 994
Outras reservas	17	14 016	14 016
Resultados transitados	17	65 736 273	61 046 382
Outras variações no capital próprio	18	8 738 705	9 619 730
Resultado líquido do período		9 951 164	9 390 385
Total do capital próprio		113 000 122	108 630 477
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	3 044 048	3 004 300
Financiamentos obtidos	20	1 954 545	2 818 182
Outras dívidas a pagar	22	2 718 979	2 939 408
		7 717 572	8 761 890
Corrente			
Fornecedores	21	1 192 554	881 005
Estado e outros entes públicos	12	1 343 560	809 749
Financiamentos obtidos	20	867 507	2 045 639
Outras dívidas a pagar	22	6 399 633	5 134 833
		9 803 254	8 871 225
Total do passivo		17 520 826	17 633 115
Total do capital próprio e do passivo		130 520 948	126 263 592

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	Período	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	23	28 370 191	28 026 272
Subsídios à exploração	27	2 093	4 800
Trabalhos para a própria entidade	24	852 252	418 872
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(240 889)	(278 571)
Fornecimentos e serviços externos	26	(5 488 620)	(5 125 071)
Gastos com o pessoal	27	(2 159 747)	(1 926 571)
Outros rendimentos	28	1 987 364	1 173 919
Outros gastos	29	(3 179 498)	(2 444 294)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20 143 146	19 849 356
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(7 884 279)	(7 783 615)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12 258 867	12 065 741
Juros e rendimentos similares obtidos	30	68 120	64 249
Juros e gastos similares suportados	30	(37 782)	(75 629)
Resultado antes de impostos		12 289 205	12 054 361
Imposto sobre o rendimento do período	31 e 9	(2 338 041)	(2 663 976)
Resultado líquido do período		9 951 164	9 390 385
Resultado por ação básico	16	2,09	1,97

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2019		23 799 970	4 599 000	14 016	56 153 379	10 501 208	10 111 491	105 179 064
Alterações no período								
Outras variações no capital próprio		-	-	-	-	(881 478)	-	(881 478)
Aplicações dos resultados	17	-	160 994	-	9 950 497	-	(10 111 491)	-
		-	160 994	-	9 950 497	(881 478)	(10 111 491)	(881 478)
Resultado líquido do período							9 390 385	9 390 385
Resultado integral							9 390 385	9 390 385
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(5 057 494)	-	-	(5 057 494)
		-	-	-	(5 057 494)	-	-	(5 057 494)
A 31 de dezembro de 2019		23 799 970	4 759 994	14 016	61 046 382	9 619 730	9 390 385	108 630 477
A 1 de janeiro de 2020		23 799 970	4 759 994	14 016	61 046 382	9 619 730	9 390 385	108 630 477
Alterações no período								
Outras variações no capital próprio		-	-	-	-	(881 025)	-	(881 025)
Aplicações dos resultados	17	-	-	-	9 390 385	-	(9 390 385)	-
		-	-	-	9 390 385	(881 025)	(9 390 385)	(881 025)
Resultado líquido do período							9 951 164	9 951 164
Resultado integral							9 951 164	9 951 164
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(4 700 494)	-	-	(4 700 494)
		-	-	-	(4 700 494)	-	-	(4 700 494)
A 31 de dezembro de 2020		23 799 970	4 759 994	14 016	65 736 273	8 738 705	9 951 164	113 000 122

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Período findo em 31 de dezembro	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		34 588 910	33 376 935
Pagamentos a fornecedores		(7 984 734)	(6 890 026)
Pagamentos ao pessoal		(2 046 222)	(1 824 906)
Caixa gerada pelas operações		24 557 955	24 662 003
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(2 064 297)	(2 999 873)
Outros recebimentos/ pagamentos		(5 279 850)	(6 889 440)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		17 213 808	14 772 689
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(12 034 154)	(1 403 041)
Ativos intangíveis		(15 870)	(319)
Investimentos financeiros		(128 330 000)	(107 085 000)
Outros activos		(2 834)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		4 728	-
Investimentos financeiros		129 765 000	100 780 000
Juros e rendimentos similares		51 400	57 070
Outros activos		586	-
Dividendos	28	39 500	31 500
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(10 521 643)	(7 619 790)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Financiamentos obtidos		(2 038 636)	(2 038 636)
Juros e gastos e similares		(41 493)	(61 480)
Dividendos	17 e 32	(4 700 494)	(5 057 494)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(6 780 623)	(7 157 610)
Varição de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	185 989	190 701
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	97 529	185 989

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 Introdução

A EDA Renováveis (EDAR ou Empresa), constituída em 2 de fevereiro de 1990, tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da Região Autónoma dos Açores (“RAA”), com sede na Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada Regional da Lagoa do Fogo.

A EDAR é detida em 99,68% pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. e em 0,32% pela SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

A EDAR é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuído dois contratos de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do Concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 2 de abril de 2020 e na zona situada no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A EDAR tem também como finalidade a construção e exploração de aproveitamentos de recursos endógenos de natureza hídrica e eólica na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 19 centros produtores (7 parques eólicos e 12 centrais mini hídricas) instalados em 7 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

Para a instalação de cada centro produtor, a EDAR efetua um requerimento de licença de produção de energia elétrica não vinculada ao serviço público, junto à entidade do Governo Regional dos Açores com competência na área da energia. A licença fica sujeita à condição de atribuição de licença prévia de estabelecimento, a qual por sua vez é atribuída após consulta ao concessionário do transporte e distribuição acerca dos pontos de interligação e da tensão nominal no ponto de interligação. A licença de produção de energia elétrica é atribuída por cada centro eletroprodutor.

A EDAR enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º.15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a

eletricidade que produz. Assim, a EDAR tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDAR. A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção em função das necessidades de consumo e das cláusulas dos respetivos contratos de fornecimento de energia, estabelecendo regras que motivem a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, devendo maximizar a injeção na rede da produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados em contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2020 o preço praticado para toda a energia produzida e cedida foi de 101,00 euros/MWh (2019: 100,60 euros/MWh).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 31 de março de 2021. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDAR, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde n.º 1, pelo método da consolidação integral.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais,

no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDAR, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.23.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, tendo em consideração que a atividade da Empresa se traduz na produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis com garantia de venda de toda a eletricidade que produz à EDA que é também a principal acionista, bem como as projeções de fluxos de caixa a curto prazo, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da EDAR e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2020	2019
USD	1,2271	1,1234

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	
Centrais geotérmicas	Entre 10 a 20 anos
Centrais hídricas	Entre 20 a 60 anos
Equipamento básico	Entre 5 e 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 e 16 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade a depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados em Outros gastos ou Outros rendimentos.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem programas de computador e direitos de superfície, encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos

descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDAR reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com a aquisição de direitos de superfície a terceiros para a instalação dos parques eólicos e software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A EDAR valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada ou de acordo com o período estabelecido no contrato.

A EDAR não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Avaliação e exploração de recursos geotérmicos

A EDAR desenvolve para além do aproveitamento dos recursos geotérmicos já instalados, trabalhos de perfuração e prospeção e de outra natureza em áreas delimitadas dos campos geotérmicos, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure provável. Desta forma, e ao abrigo da NCRF 16 – Exploração e avaliação de recursos minerais, os dispêndios incorridos com estudos e testes na fase de prospeção e com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data da conclusão acerca da sua exequibilidade técnica e da sua viabilidade comercial. Os custos dos empréstimos obtidos fazem também parte do custo destes nesta fase de avaliação dos ativos, exceto se não tiverem ocorrido dispêndios substanciais que justifiquem a sua suspensão temporária. Durante a fase de prospeção e sempre que exista evidência objetiva de um eventual abandono técnico de um poço geotérmico e outros indicadores de imparidade, são registadas perdas de imparidade sobre o montante determinado, exceto se vier a ser utilizado como poço de injeção.

Os principais indicadores de imparidade resultam (i) da não descoberta durante a fase de

prospecção de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais na área geotérmica específica ou, (ii) dos benefícios económicos futuros de uma área geotérmica específica emergente da exploração efetiva dos recursos minerais ou da sua alienação, não serem suficientes para recuperar a totalidade da quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Imparidade de investimentos depreciables, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Parte das atividades de prospecção são comparticipadas através de fundos dos programas comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados no Capital próprio.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade, a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

89

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado, os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A EDAR classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo amortizado. São registados ao justo valor, os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDAR avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor

para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDAR reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

90

3.7. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação.

Os inventários são valorizados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O seu custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para a sua venda/uso.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

No que se refere aos materiais são registadas perdas por imparidade, quando os mesmos apresentam indicadores de obsolescência técnica ou quando ocorre a descontinuação dos equipamentos a que se referem.

3.8. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo ou ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

(a) Ao custo amortizado; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

92

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar e a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subseqüentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDAR possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual que nos termos da legislação em vigor, incide sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros e inferior a 7,5 milhões de euros (taxa de 2,4%), quando superior a 7,5 milhões de euros e menor que 35 milhões de euros (taxa de 4%) e superior a este montante (taxa de 7,2%).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

3.14. Benefícios aos empregados

A EDAR tem atribuído aos empregados um plano de complemento de pensões de reforma de contribuição definida, denominado por Futuro+ que é gerido pela BPI Pensões.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a) Contribuição base de 1% do salário pensional pela Empresa sem qualquer condição;
- b) Contribuição voluntária do empregado que a EDAR reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

Para além destas responsabilidades registadas a EDAR efetua ainda o pagamento de complementos de reforma a 3 ex-empregados já reformados não abrangidos por qualquer dos planos descritos. A EDAR não efetuou qualquer estudo atuarial desta responsabilidade, nem fez o registo de qualquer provisão, uma vez que a responsabilidade não é significativa (Nota 27).

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDAR tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDAR divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

3.16. Subsídios e apoios do Governo

A EDAR reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União

Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

As participações atribuídas à EDAR, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

95

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.17. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDAR detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDAR não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDAR tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.18. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDAR. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

Eletricidade

A faturação de eletricidade é efetuada mensalmente, com base em contagens reais de entregas de eletricidade na rede.

A eletricidade produzida é faturada à EDA, a entidade concessionária da rede de transporte e distribuição na RAA.

3.20. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDAR é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.21. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.22. Matérias ambientais

A EDAR reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como custos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios económicos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas económicas.

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a EDAR tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

97

3.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDAR são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.23.1. Provisões

A EDAR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões

anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de reabilitação do local onde estes estão localizados está dependente de pressupostos e estimativas que as tornam sensíveis a:

- a) Expectativa de custo a ser incorrido;
- b) Data previsível da ocorrência dos custos;
- c) Taxa de inflação;
- d) Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

Em exercícios anteriores decorrente de obrigações contratuais em vigor, a Empresa constitui uma provisão para reabilitação de bens do ativo fixo tangível (parques eólicos) instalados nas diversas ilhas. Esta provisão foi calculada tendo por base vida útil do ativo.

3.23.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Relativamente aos ativos tangíveis em curso relacionados com as atividades de recursos geotérmicos, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua potência é definida regularmente de forma a determinar a viabilidade individual de cada poço ou da globalidade do campo geotérmico.

A EDAR reconhece no seu Balanço uma estimativa do valor a desembolsar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiro. Também a vida útil associada aos parques eólicos, que determina a cadência de reconhecimento desta provisão nos resultados da Empresa tem por base o melhor julgamento da Administração, considerando também as práticas adotadas por

empresas do setor ao nível nacional e internacional.

3.23.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDAR, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.24. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A EDAR não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

100

4.2. Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	461	705
Depósitos bancários	<u>97 068</u>	<u>185 284</u>
	<u>97 529</u>	<u>185 989</u>

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O recebimento e reembolso de empréstimos obtidos de outras entidades, nomeadamente do acionista EDA, são considerados como atividades de investimento, de acordo com o disposto na alínea (e) e (f) da NCRF 2 – Demonstrações de Caixa.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela EDAR, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A EDAR não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

102

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2020								
Custo de aquisição	3 457 310	28 779 480	227 882 109	811 992	246 722	646 824	5 547 386	267 371 823
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 417 536)	-	-	-	(1 958 319)	(31 470 823)
Depreciações acumuladas	-	(17 657 319)	(153 533 839)	(684 693)	(213 573)	(580 324)	-	(172 669 748)
Valor líquido	2 889 122	9 595 382	46 930 734	127 299	33 149	66 500	3 589 067	63 231 252
Movimento de 2020								
Adições	392 087	-	94 866	86 151	7 088	40 396	13 001 115	13 621 703
Provisão de desmantelamento (Nota 19)	-	-	41 312	-	-	-	-	41 312
Alienações	(10 260)	-	-	(20 003)	(1 039)	-	-	(31 302)
Transferências e abates	-	62 697	1 220 231	-	-	-	(1 424 150)	(141 222)
Depreciação - período	-	(869 903)	(6 905 321)	(54 026)	(15 670)	(21 024)	-	(7 865 943)
Depreciação - alienações e abates	-	-	-	20 003	1 039	-	-	21 042
	3 270 949	8 788 176	41 381 822	159 424	24 567	85 872	15 166 033	68 876 842
31 de dezembro de 2020								
Custo de aquisição	3 839 137	28 842 177	229 238 518	878 140	252 771	687 220	17 124 352	280 862 314
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 417 536)	-	-	-	(1 958 319)	(31 470 823)
Depreciações acumuladas	-	(18 527 222)	(160 439 160)	(718 716)	(228 204)	(601 348)	-	(180 514 649)
Valor líquido	3 270 949	8 788 176	41 381 822	159 424	24 567	85 872	15 166 033	68 876 842

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2019								
Custo de aquisição	3 457 310	28 779 480	227 697 302	699 023	225 711	649 069	2 889 179	264 397 073
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 421 644)	-	-	-	(1 958 319)	(31 474 931)
Depreciações acumuladas	-	(16 774 533)	(146 716 536)	(657 770)	(192 949)	(560 288)	-	(164 902 076)
Valor líquido	2 889 122	10 478 168	53 559 122	41 253	32 762	88 781	930 858	68 020 066
Movimento de 2019								
Adições	-	-	93 131	112 969	21 233	1 755	2 658 207	2 887 295
Provisão de desmantelamento (Nota 19)	-	-	91 675	-	-	-	-	91 675
Alienações	-	-	-	-	-	(4 000)	-	(4 000)
Transferências e abates	-	-	-	-	(221)	-	-	(221)
Transferência de imparidade	-	-	4 108	-	-	-	-	4 108
Depreciação - período	-	(882 786)	(6 813 195)	(26 923)	(20 711)	(21 869)	-	(7 765 484)
Depreciação - alienações e abates	-	-	-	-	87	1 833	-	1 921
Depreciação - transferência	-	-	(4 108)	-	-	-	-	(4 108)
	2 889 122	9 595 382	46 930 734	127 299	33 150	66 500	3 589 067	63 231 252
31 de dezembro de 2019								
Custo de aquisição	3 457 310	28 779 480	227 882 109	811 992	246 722	646 824	5 547 386	267 371 823
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 417 536)	-	-	-	(1 958 319)	(31 470 823)
Depreciações acumuladas	-	(17 657 319)	(153 533 839)	(684 693)	(213 573)	(580 324)	-	(172 669 748)
Valor líquido	2 889 122	9 595 382	46 930 734	127 299	33 149	66 500	3 589 067	63 231 252

Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o período de 2020 englobam 620.588 euros de adições diretas. Foram ainda realizados investimentos em ativos em curso, no montante de 13.001.115 euros, essencialmente relativos a geotermia na Ilha de São Miguel (9.069.311 euros) e Ilha Terceira (3.054.589 euros), ao parque fotovoltaico da Ilha de Santa Maria (720.375 euros) e da ilha do Corvo (122.200 euros).

Em resultado do não recurso ao financiamento bancário, não foram imputados quaisquer gastos financeiros em 2020 e 2019 aos ativos em curso de construção.

Ativos em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	2020	2019
Aproveitamentos hidroelétricos		
Ribeira Grande - Flores	402 550	367 910
Parques eólicos		
Ilha do Corvo	-	114 913
Parques fotovoltaicos		
Ilha de Santa Maria	1 190 704	470 329
Ilha do Corvo	148 437	26 237
	1 741 692	979 390
Campo Geotérmico Pico Alto		
Execução de três poços	3 367 860	459 658
Ensaios e prospeção adicional (7 MW)	110 702	108 794
Campo Geotérmico Ribeira Grande		
Execução de três poços Pico Vermelho	6 112 549	411 027
Execução de três poços Cachaços Lombada	3 142 036	474 436
RG5	1 958 319	1 958 319
Beneficiação do edifício	281 005	-
Substituição encabeçamento poços CL	276 993	393 445
Substituição encabeçamento poços CPV	133 036	1 077
Subestação CPV	162	162
Atualização do sistema de controlo CL	-	385 576
Bombas condutas reduntantes vaporização CPV	-	234 604
Central Pico Vermelho	-	114 589
Beneficiação de sonda de perfuração	-	24 768
Outros	-	1 541
	15 382 660	4 567 996
Imparidade RG5	(1 958 319)	(1 958 319)
	13 424 341	2 609 677
Saldo a 31 de dezembro	15 166 033	3 589 067

Imparidade

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as perdas por imparidades de ativos não correntes reconhecidas tinham o seguinte destino:

	2020	2019
Central Geotérmica do Pico Alto	21 811 479	21 811 479
Poço geotérmico PA1	6 249 616	6 249 616
Poço geotérmico RG 5	1 958 319	1 958 319
Outros	1 451 409	1 451 409
	31 470 823	31 470 823

105

O campo geotérmico do Pico Alto foi considerado em anos anteriores uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. Com base na avaliação inicial da produtividade dos quatro poços de produção e injeção, a Administração concluiu que existia um risco elevado de diminuição do fluido geotérmico. Assim, avançou numa primeira fase na construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, que entrou em exploração em setembro de 2017. Com base na avaliação dos níveis de produtividade dos poços, iniciar-se-á a expansão da sua capacidade produtiva até 10 MW, num investimento que deverá atingir cerca de 23,3 milhões de euros, prevendo-se a sua conclusão em 2024. Inclui o desenvolvimento de uma nova campanha de perfuração de 2 a 3 poços geotérmicos direcionais até uma profundidade máxima de cerca de 2.000 metros que se espera concretizar em 2021, no montante estimado de 9,2 milhões de euros.

O total investido no Campo Geotérmico do Pico Alto atingiu o montante de 44.589.740 euros (excluindo o poço abandonado PA1), tendo a central geotérmica atingido em 2020 uma produção de cerca de 23,7 GWh (em 2019 – 24,2 GWh), sendo anualmente efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável deste ativo, com base nos seguintes pressupostos:

	2020	2019
Vida útil estimada dos ativos	20 anos	20 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	5,08%	5,05%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto, e tendo em conta que a central geotérmica terá um período de vida útil previsível de 20 anos após a concretização plena da fase de ampliação. À semelhança do ano anterior utilizou-se uma taxa WACC agravada em cerca de trinta pontos percentuais para fazer face ao risco de uma menor produtividade dos poços.

Os fluxos de caixa futuros estimados refletem os pressupostos que foram utilizados na elaboração do Plano Estratégico Plurianual 2021/2025 e Orçamento para 2021 aprovado na Assembleia Geral de 5 de março de 2021, documento orientador da política de desenvolvimento do acionista Electricidade dos Açores e das empresas subsidiárias, que nos últimos anos tem ponderado que a recuperabilidade deste ativo tem implícito a ampliação da atual central para 10 MWh até finais de 2024, mantendo-se as expectativas de potencial produtivo do campo geotérmico, através de um investimento adicional orçado em cerca de 23,3 milhões de euros, que não serão cofinanciados por qualquer entidade.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2021 e que se manteve constante para o período projetado de 2021-2042, para o qual foram estimados níveis de produção abaixo da capacidade instalada em cerca de 15% (diminuindo 2% a cada 5 anos, para os períodos entre 2025 e 2042.). Os níveis de produção de energia elétrica estimados foram ajustados relativamente ao previstos no referido plano e orçamento e resumem-se como segue:

2021	2022	2023	2024	2025	Unid: MWh Média 2026 a 2042
21 000	21 000	25 500	36 500	85 100	72 502

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 5,08%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico destes ativos e mormente por se ter ponderado que os principais pressupostos no seu cálculo poderão não sofrer alterações significativas num cenário de normalidade.

Como cenário de sensibilidade ponderou-se os efeitos da variação de um ponto percentual da WACC e redução ou aumento do nível dos fluxos de caixa descontados em cerca de 10%, com

os resultados a seguir indicados:

	Cenário base	Cenários de sensibilidade	
		Variação de 1%	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	5,08%	4,08%	6,08%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	10 045 278	13 076 803	7 449 077
Varição do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 10%	12 577 353		
Redução de 10%	7 513 203		

107

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros e do risco operacional, a quantia recuperável da unidade geradora de caixa foi estimada em 10.045.278 euros, superior em 590.947 euros face ao valor do ativo registado em 2020:

	2020	2019
Valor de custo (líquido de depreciações e de subsídios ao investimento)	31 265 809	29 696 961
Imparidades acumuladas	(21 811 479)	(21 811 479)
	9 454 330	7 885 482

A Administração não procedeu ao registo da reversão da imparidade no período por não haver uma certeza absoluta que essa tendência ocorra numa forma segura, enquanto não se concretizar a ampliação da capacidade produtiva atrás mencionada.

A totalidade dos gastos incorridos com o poço geotérmico PAI que foi considerado abandonado no âmbito do desenvolvimento do campo geotérmico do Pico Alto, no montante de 6.249.616 euros, foi integralmente reconhecida em 2011 como irrecuperável.

Em 2016, registou-se uma imparidade de 1.958.319 euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5 situado no campo geotérmico da Ribeira Grande por ter sido determinada a sua inviabilidade económica.

Transferências e abates

As transferências realizadas em 2020 resumem-se como se segue:

	2020
Transferência para Ativo fixo tangível	
Atualização do sistema de controlo CL	390 173
Susbtituição cabeças pré-aquecedores PV	334 000
Bombas condutas reduntantes vaporização CPV	236 989
Bombas BRINE e sistema inibidor PA	144 481
Central Pico Vermelho	114 589
Casa dos Plátanos	62 697
	<hr/> 1 282 928
Gasto do exercício	
Parque eólico da ilha do Corvo	114 913
CGRG - Beneficiação de sonda de perfuração	24 768
CGRG - Outros	1 541
	<hr/> 141 222
	<hr/> 1 424 150 <hr/>

Depreciações

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade, as quais, compreendem 183.405 euros referente às depreciações dos ativos associadas ao desmantelamento ou remoção.

7 Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela EDAR refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos e programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Direitos superfície	Software	Total
A 1 de janeiro de 2019			
Custo de aquisição	346 761	13 622	360 383
Amortizações acumuladas	(112 413)	(13 622)	(126 035)
Valor líquido	234 348	-	234 348
Movimento de 2019			
Adições	-	270	270
Amortização - período	(17 860)	(270)	(18 130)
	216 488	-	216 488
31 de dezembro de 2019			
Custo de aquisição	346 761	13 892	360 653
Amortizações acumuladas	(130 273)	(13 892)	(144 165)
Valor líquido	216 488	-	216 488
Movimento de 2020			
Adições	15 869	-	15 869
Amortização - período	(18 336)	-	(18 336)
	214 021	-	214 021
31 de dezembro de 2020			
Custo de aquisição	362 630	13 892	376 522
Amortizações acumuladas	(148 609)	(13 892)	(162 501)
Valor líquido	214 021	-	214 021

8 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os ativos reconhecidos nesta rubrica, referem-se a participações em instrumentos de capital sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa, os quais se encontram registados ao custo, conforme se indica:

	<u>% detida</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Investimentos em associadas			
SEGMA	10	19 988	19 988
ONIAÇORES	0,001	-	5
Fundação Eng. José Cordeiro	25,91	2 494	2 494
		<u>22 482</u>	<u>22 487</u>
Outros investimentos			
Fundo de compensação do trabalho		8 442	6 182
		<u>30 924</u>	<u>28 669</u>

9 Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos (Nota 31)	111 815	(143 776)
	<u>(111 815)</u>	<u>143 776</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Imparidade de clientes	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Revisão de vidas úteis de Ativo fixo tangível	Imparidade de ativos	Benefício fiscal	Total
A 1 de janeiro de 2020	13 908	424 817	49 846	696 024	6 402 894	-	7 587 489
Constituição por resultados	-	37 277	-	(195 489)	-	270 294	112 083
Reversão por resultados	-	-	-	-	(267)	-	(267)
Movimento do período	-	37 277	-	(195 489)	(267)	270 294	111 815
A 31 de dezembro de 2020	13 908	462 094	49 846	500 535	6 402 627	270 294	7 699 305

	Imparidade de clientes	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Revisão de vidas úteis de Ativo fixo tangível	Imparidade de ativos	Benefício fiscal	Total
A 1 de janeiro de 2019	13 908	339 307	49 846	925 041	6 403 162	-	7 731 264
Constituição por resultados	-	85 510	-	(229 017)	-	-	(143 507)
Reversão por resultados	-	-	-	-	(268)	-	(268)
Movimento do período	-	85 510	-	(229 017)	(268)	-	(143 776)
A 31 de dezembro de 2019	13 908	424 817	49 846	696 024	6 402 894	-	7 587 489

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	2020	2019
Materiais diversos	85 217	78 094
Materiais em trânsito	29 662	-
	114 879	78 094
Imparidade de inventários	-	-
	114 879	78 094

O saldo de materiais diversos refere-se ao inibidor químico utilizado nos poços de produção geotérmicos e Normal Pentano para utilização no sistema de refrigeração dos grupos das centrais geotérmicas.

O custo dos inventários reconhecidos em 2020 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 240.889 euros (2019: 278.571 euros) (Nota 25).

11 Clientes

112

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a composição da rubrica de clientes é como se segue:

	2020			2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - outros i)	6 265	209 224	215 489	214 749	-	214 749
Clientes - grupo (Nota 36) ii)	3 442 563	-	3 442 563	3 325 630	-	3 325 630
Clientes de cobrança duvidosa	81 566	-	81 566	81 566	-	81 566
	3 530 394	209 224	3 739 618	3 621 945	-	3 621 945
Imparidade de clientes	(81 566)	-	(81 566)	(81 566)	-	(81 566)
	3 448 828	209 224	3 658 052	3 540 379	-	3 540 379

i) Clientes - outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrente da prestação de serviços;

ii) Clientes - grupo: o saldo a receber em 2020 refere-se, essencialmente, à eletricidade produzida e faturada no mês de dezembro à EDA (3.389.318 euros) e juros debitados ao acionista (53.245 euros).

Tratando-se de saldos a receber correntes não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

O saldo da rubrica de Perdas por imparidade acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 tem o seguinte movimento:

	2020	2019
A 1 de janeiro	81 566	81 566
Aumentos	-	-
A 31 de dezembro	81 566	81 566

12 Estado e outros entes públicos

No período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2020		2019	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre rendimento - IRC	-	227 423	-	157 599
Imposto sobre rendimento - IRS	-	24 402	-	27 075
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	-	1 046 562	-	583 321
Contribuições para segurança social	-	45 174	-	41 754
Imposto a pagar/recuperar	-	1 343 560	-	809 749

113

Para os períodos apresentados o saldo relativo ao IRC tem a seguinte decomposição:

	2020	2019
Pagamentos por conta	2 209 122	2 379 705
Retenções na fonte	13 311	12 850
Estimativa de IRC (Nota 31)	(2 449 856)	(2 550 154)
	(227 423)	(157 599)

13 Acionistas

De acordo com a política financeira do Grupo, os excedentes de tesouraria são cedidos ao acionista EDA. Assim, os valores cedidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são 49.680.000 euros e 51.115.000 euros, respetivamente, os quais vencem juros à taxa anual de 0,14% (2019: 0,13%). Os juros debitados ao acionista perfazem o montante de 66.556 euros (2019: 64.249 euros), conforme Nota 30.

Esta cedência de fundos contratualizada pelo prazo de 12 meses renovável automaticamente por sucessivos e iguais períodos, estando classificada em ativo corrente.

14 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de outras contas a receber são como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	Corrente	Corrente
Outros devedores	35 418	75 006
Pessoal	1 697	-
Adiantamentos a fornecedores	1 187	102 872
	<u>38 302</u>	<u>177 878</u>

114

15 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a EDAR tem registado na rubrica Diferimentos, os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes como os prémios de seguro.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Seguros	111 094	102 354
	<u>111 094</u>	<u>102 354</u>

16 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da EDAR encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 4.759.994 ações, com o valor nominal de 5 euros cada, detidas pelas seguintes entidades:

	<u>Ações</u>		
	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>	<u>% detida</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4 744 905	23 724 525	99,68%
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	15 089	75 445	0,32%
	<u>4 759 994</u>	<u>23 799 970</u>	<u>100,00%</u>

17 Reservas legais e outras

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Total
1 de janeiro de 2019	4 599 000	14 016	56 153 379	60 766 395
Aplicação do resultado do período	160 994	-	9 950 497	10 111 491
Dividendos atribuídos	-	-	(5 057 494)	(5 057 494)
31 de dezembro de 2019	4 759 994	14 016	61 046 383	65 820 392
Aplicação do resultado do período	-	-	9 390 385	9 390 385
Dividendos atribuídos	-	-	(4 700 494)	(4 700 494)
31 de dezembro de 2020	4 759 994	14 016	65 736 274	70 510 283

A 31 de dezembro de 2020 a reserva legal encontra-se totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 22 de abril de 2020, do resultado apurado no período no montante de 9.390.385 euros foram distribuídos dividendos de 4.700.494 euros e foi mantido em resultados transitados o montante de 4.689.891 euros. Os dividendos atribuídos aos acionistas foram assim repartidos:

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4 685 453
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	15 042
	4 700 494

18 Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio inclui os montantes reconhecidos a título de subsídios ao investimento não reembolsáveis, que registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Subsídios		
1 de janeiro		
Produção geotérmica	10 663 943	11 577 168
Produção eólica e hídrica	1 435 783	1 630 775
Outros	563	1 124
	12 100 289	13 209 067
Amortização do período (Nota 28)		
Produção geotérmica	(913 225)	(913 225)
Produção eólica e hídrica	(194 419)	(194 991)
Outros	(563)	(562)
	(1 108 207)	(1 108 778)
31 de dezembro	10 992 082	12 100 289
Outras dívidas a pagar		
1 de janeiro	(2 480 559)	(2 707 859)
Transferência	227 182	227 300
31 de dezembro	(2 253 377)	(2 480 559)
	8 738 705	9 619 730

O saldo não corrente de outras dívidas a pagar é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecido no capital próprio.

O saldo desta rubrica não é distribuível aos acionistas.

O saldo líquido desta rubrica é subdividido por:

	2020	2019
Produção geotérmica	7 751 820	8 477 834
Produção eólica e hídrica	986 884	1 141 448
Outros	-	448
	8 738 705	9 619 730

O ajustamento do imposto a pagar no futuro, no montante de 2.253.377 euros (Nota 22) é reconhecido em outras dívidas a pagar (2019: 2.480.559 euros).

19 Provisões

A Empresa reconhece nas suas demonstrações financeiras uma provisão relativa aos gastos de desmantelamento a incorrer no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos nesta rubrica foram como se segue:

	2020	2019
A 1 de janeiro	3 004 300	2 897 093
Efeito financeiro (Nota 30)	(1 565)	15 532
Dotação do ano (Nota 6)	41 312	91 675
Movimento do período	39 747	107 207
A 31 de dezembro	3 044 048	3 004 300
Saldo não corrente	3 044 048	3 004 300
	3 044 048	3 004 300

No exercício de 2020 a Empresa atualizou o valor da provisão tendo utilizado uma taxa de desconto negativa de 0,47% a 0,33%, com base nas vidas úteis do ativo.

20 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	2020			2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	863 636	1 954 545	2 818 182	2 038 636	2 818 182	4 856 818
	863 636	1 954 545	2 818 182	2 038 636	2 818 182	4 856 818
Juros a pagar - especialização	3 870	-	3 870	7 003	-	7 003
	867 507	1 954 545	2 822 052	2 045 639	2 818 182	4 863 821

118

Os empréstimos bancários referem-se a crédito negociado junto de instituições de crédito, vencendo juro a taxas anuais compreendidas entre 0,108% e 0,821%. Estes empréstimos serão reembolsados até 2024.

Os encargos financeiros são contabilizados de acordo com o princípio da especialização de períodos e, quando não liquidados, são adicionados ao valor nominal do empréstimo bancário.

Apresenta-se de seguida os reembolsos dos empréstimos existentes por maturidade:

	menos de 1 ano	entre 1 ano e 5 anos	mais de 5 anos	Total
Empréstimos bancários	863 636	1 954 545	-	2 818 182

21 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de fornecedores são os seguintes:

		2020	2019
Fornecedores - outros	i)	929 122	576 693
Fornecedores - grupo (Nota 36)	ii)	263 432	304 312
		1 192 554	881 005

i) Fornecedores – outros: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela

aquisição de diversos materiais e serviços incorporados no processo normal da atividade da Empresa;

ii) Fornecedores – grupo: decorre da prestação de serviços das áreas administrativas da EDA e da cedência de pessoal, assim como serviços efetuados nos parques eólicos pela SEGMA.

22 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	2020			2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornec. investimentos - grupo (Nota 36)	69 014	-	69 014	5 835	-	5 835
Fornec. investimentos - outros	3 122 444	-	3 122 444	2 003 745	-	2 003 745
i)	3 191 457	-	3 191 457	2 009 580	-	2 009 580
Pessoal	-	-	-	378	-	378
Outros credores						
Credores por garantias prestadas	125 498	465 602	591 100	114 750	458 849	573 599
Credores diversos	15 975	-	15 975	11 876	-	11 876
Ajustamentos por imposto a pagar	-	2 253 377	2 253 377	-	2 480 559	2 480 559
Credores por acréscimos de gastos						
Encargos com remunerações	295 774	-	295 774	258 250	-	258 250
Outros acréscimos de custo	2 770 929	-	2 770 929	2 739 999	-	2 739 999
	6 399 633	2 718 979	9 118 612	5 134 833	2 939 408	8 074 241

i) Fornecedores de investimentos: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar a fornecedores de equipamentos, prestadores de serviços de apoio ao investimento realizado nas centrais geotérmicas;

ii) Credores por garantias prestadas: incluem as cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto, montantes que serão liquidados em 2021;

iii) Como indicado na Nota 18, o saldo não corrente desta rubrica é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecidos no capital próprio;

iv) Credores por acréscimos de gastos: a rubrica de outros acréscimos de custos refere-se essencialmente à compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores como contrapartida da exploração dos recursos geotérmicos relativa ao período de 2020 no montante de 2.439.017 euros (2019: 2.347.411 euros). A taxa de incidência para a

determinação da compensação foi de 12,5% em 2020 e 2019 para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande, 12,5% em 2020 e 10% em 2019 para a Central Geotérmica do Pico Alto (Nota 29). E 265.725 euros (2019: 392.588 euros) respeitantes aos gastos incorridos e a faturar por terceiros em diversas obras de investimento e de exploração

23 Vendas e serviços prestados

120

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2020	2019
Vendas de eletricidade		
Hídrica	3 035 266	2 981 565
Eólica	5 756 079	5 778 020
Geotérmica	19 512 132	19 266 687
	28 303 476	28 026 272
Serviços Prestados		
Outros	66 715	-
	28 370 191	28 026 272

As vendas de eletricidade, no montante de 28.303.476 euros, são efetuadas na totalidade ao acionista EDA (Nota 36).

24 Trabalhos para a própria entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	2020	2019
Fornecimentos e serviços externos	410 094	70 317
Gastos com pessoal	433 271	347 815
Outros gastos e perdas	8 888	740
	852 252	418 872

25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das matérias consumidas demonstra-se como segue:

	2020	2019
Inventários iniciais (Nota 10)	78 094	70 600
Compras	277 674	286 065
Inventários finais (Nota 10)	(114 879)	(78 094)
	240 889	278 571

121

26 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos registados em 2020 e 2019 é como segue:

		2020	2019
Conservação e reparação	i)	2 655 482	2 570 655
Trabalhos especializados	ii)	1 068 886	1 058 785
Subcontratos	iii)	370 936	428 221
Seguros	iv)	350 367	343 599
Rendas e alugueres		226 292	107 591
Transporte de mercadorias		162 931	51 631
Vigilância e segurança		112 828	112 527
Eletricidade		76 132	79 678
Limpeza, higiene e conforto		67 493	50 512
Deslocações e estadas		63 073	91 464
Combustíveis		37 521	58 834
Ferramentas e utensílios		28 438	39 711
Outros fluídos		18 752	14 106
Honorários		18 330	30 192
Comunicações		14 984	15 570
Outros (inferiores a 15.000 euros)		216 176	71 996
		5 488 620	5 125 071

i) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a aquisição de material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da Empresa;

ii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem os serviços de informática, os honorários para a revisão legal das contas e auditoria, serviços de apoio das áreas administrativas

prestados pelo acionista EDA e serviços relacionados com a monitorização dos campos geotérmicos e parques eólicos;

iii) Os gastos com Subcontratos dizem respeito essencialmente à cedência de pessoal do acionista EDA à Empresa;

iv) Seguros contratados para os trabalhos de exploração de recursos geotérmicos e parques eólicos.

122

27 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2020 e 2019 foram como segue:

	2020	2019
Remunerações		
Orgãos sociais (Nota 36)	232 035	222 387
Pessoal	1 444 308	1 281 338
	1 676 342	1 503 725
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	383 146	331 102
Prémios para benefícios reforma	40 118	34 223
Gastos de ação social	41 755	26 699
Pensões	10 088	10 088
Formação profissional	1 210	440
Outros	7 089	20 296
	483 405	422 846
	2 159 747	1 926 571

O número médio de empregados em 2020 foi de 63 (2019: 57).

Os gastos com Prémios para benefícios de reforma referem-se às contribuições para planos de contribuição definida no montante de 40.118 euros (2019: 34.223 euros).

Em 2020 e 2019, o valor pago de complemento de reforma a 3 ex-colaboradores não abrangidos por qualquer dos planos descritos ascendeu a 10.088 euros.

Em 2020, a EDAR beneficiou com contratos de apoio ao emprego no montante de 2.093 euros (2019: 4.800 euros), reconhecidos na rubrica de subsídios à exploração.

28 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

123

		2020	2019
Reconhecimento de subsídios ao investimento	i)	1 108 207	1 108 779
Deslastragens		517 162	-
Excesso para estimativa de imposto		302 424	-
Dividendos		39 500	31 500
Diferenças cambiais		13 172	13 851
Alienações		4 887	-
Outros rendimentos operacionais		1 607	-
Rendimentos suplementares	ii)	406	6 164
		1 987 364	1 173 919

i) Esta rubrica refere-se ao reconhecimento dos subsídios ao investimento não reembolsáveis obtidos (Nota 18) e reparte-se do seguinte modo:

	2020	2019
Produção geotérmica	913 225	913 225
Produção eólica e hídrica	194 419	194 991
Outros	563	563
	1 108 207	1 108 779

ii) Em 2019 nesta rubrica está incluída a compensação às deslastragens pelo valor líquido.

29 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impostos e taxas	i)	2 469 949	2 368 380
Deslastragens		527 583	-
Donativos		67 045	34 852
Correções relativas a períodos anteriores		51 026	-
Diferenças cambiais		23 625	3 850
Indemnizações de exploração		22 272	22 565
Outros gastos operacionais		17 023	14 513
Alienações - Investimentos não financeiros		707	134
Multas e penalidades		268	-
		<u>3 179 498</u>	<u>2 444 294</u>

124

i) A rubrica de imposto compreende essencialmente a taxa de compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores pela exploração dos recursos geotérmicos. Até ao final de 2020, o valor da compensação ainda não foi liquidado e ascende a 2.439.017 euros (2019: 2.347.411 euros). A taxa de compensação em 2020 e 2019 que é aplicada sobre as vendas de energia geotérmica é de 12,5% para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande na ilha de São Miguel, de 12,5% em 2020 e 10% em 2019 para a Central Geotérmica do Pico Alto na ilha Terceira.

30 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos similares para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Juros e gastos similares suportados			
Juros suportados	i)	10 548	21 160
Provisão desmantelamento - efeito financeiro		-	15 532
Outros gastos e perdas financeiros		27 234	38 937
		<u>37 782</u>	<u>75 629</u>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros acionistas (Notas 13 e 36)		66 556	64 249
Provisão desmantelamento - efeito financeiro		1 565	-
		<u>68 120</u>	<u>64 249</u>

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDAR para o financiamento das suas atividades;

31 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2020	2019
Imposto sobre rendimento corrente (Nota 12)	2 449 856	2 550 154
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	-	(29 953)
Imposto sobre rendimento diferido (Nota 9)	(111 815)	143 776
	2 338 041	2 663 977

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi de 20,5%.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2020	2019
Resultado antes de impostos	12 289 205	12 054 361
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Imparidade de ativos depreciáveis ou amortizáveis	65 877	50 135
Outros	98	63
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Outros	(227 036)	18 439
Benefícios fiscais	(18 500)	-
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	12 109 643	12 122 998
Matéria coletável	12 109 643	12 122 998
Taxa nominal de imposto	16,80%	16,80%
	2 034 420	2 036 664
Derrama Municipal	181 645	181 845
Derrama Estadual	328 386	328 920
Deduções à coleta	(97 776)	-
Tributação autónoma	3 182	2 725
Imposto diferido	(111 815)	143 776
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	-	(29 953)
Impostos sobre o rendimento do exercício	2 338 041	2 663 977

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.000	7,20%	7,20%

32 Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2020 foram de 4.700.494 euros (2019: 5.057.494 euros) (Nota 17).

33 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Empresa à data do balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são como segue:

Compromissos para investimentos

Os compromissos assumidos pela EDAR referem-se a adjudicações já efetuadas relativas a empreitadas e equipamentos, conforme segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Empreitadas e equipamentos	22 643 629	3 380 121
	<u>22 643 629</u>	<u>3 380 121</u>

34 Contingências

Passivos contingentes

A EDAR tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2020	2019
Região Autónoma Açores	Concessão de exploração de recursos geotérmicos no campo geotérmico da ribeira grande	2020	500 601	-
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Quente (S. Miguel) para a produção de energia hidroelétrica	2018	22 001	22 001
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Grande (Flores) para a produção de energia hidroelétrica	2018	83 391	83 691
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos do Pico Alto	2017	250 000	250 000
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos	2016	249 399	249 399
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1 000	1 000
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	2 181 818	2 727 273
Alfândega de Ponta Delgada	Isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos na aquisição de matérias-primas	2001	2 494	2 494
			3 290 703	3 335 857

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a EDA Renováveis não tinha identificado outros passivos contingentes.

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a EDAR não tinha identificado quaisquer ativos contingentes.

35 Matérias ambientais

No período de 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram atribuídos à Empresa quaisquer subsídios ou incentivos relacionados com matérias ambientais.

A Empresa apresenta nas suas demonstrações financeiras uma provisão destinada ao desmantelamento dos equipamentos e infraestruturas dos parques eólicos no final das suas vidas úteis, a qual também incorpora uma parte de componente ambiental (reposição de terrenos nas suas condições iniciais). A Administração utilizou o seu melhor conhecimento do negócio, bem como o seu conhecimento das melhores práticas do mercado, de forma a estimar os gastos que deverão vir a ser incorridos no final dos respetivos períodos de exploração. Estas provisões foram reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa de acordo com a NCRF 7, constituindo-se por incremento do Ativo, sendo reconhecida anualmente a depreciação do mesmo.

No âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, com exceção daqueles estiveram relacionados com o desenvolvimento de um campo de desgaseificação na área das Caldeiras da Ribeira Grande. Em conformidade com a informação disponível e, embora a atividade possa permanecer, a Administração entende que os danos e prejuízos que possam vir a ocorrer com este acontecimento não assumirão no futuro quaisquer montantes materialmente significativos.

No que respeita aos aproveitamentos hídricos e geotérmicos, a Administração considera que, tendo em consideração o tipo de ativos e a lógica de continuidade das operações na Região Autónoma dos Açores, independentemente da existência de um contrato formal que preveja a reversão destes equipamentos produtivos para o Governo Regional ou outra entidade pública, a Empresa terá a responsabilidade de realizar os investimentos de manutenção necessários para manter as condições normais de funcionamento, não havendo lugar a desembolsos futuros com o desmantelamento e/ou remoção destes equipamentos.

A Administração está convicta de que não existem, nesta data, outras obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Sociedade, para além do referido na Nota 34.

36 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a EDAR é detida pela EDA que detém 99,68% do capital da Empresa.

36.1. Remuneração dos órgãos sociais

Os Órgãos de Gestão da EDAR foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos chave da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2020	2019
Remunerações (Nota 27)	232 035	222 387
	232 035	222 387

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDAR não realizaram qualquer tipo de contrato com a Empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:

	2020	2019
Fiscal Único	15 000	15 000
	15 000	15 000

36.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

EDA – Electricidade dos Açores, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

Por via de Acionistas:

GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A., a empresa deixou de ser parte relacionada em função da sua alienação.

(b) Transações e saldos pendentes
i) Acionistas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a EDAR efetuou as seguintes transações com os seus acionistas:

Vendas

	2020	2019
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 23)	28 303 476	28 026 272
	28 303 476	28 026 272

Juros e rendimentos similares obtidos

	2020	2019
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 13 e 30)	66 556	64 249
	66 556	64 249

Outros rendimentos

	2020	2019
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	42	-
	42	-

Compras de produtos e serviços

	2020	2019
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	557 199	623 263
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	914 722	576 439
	1 471 921	1 199 702

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldos devedores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	a) 53 122 563	54 440 630
	53 122 563	54 440 630
Saldos credores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	135 334	137 890
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	167 668	160 140
	303 003	298 030

a) Compreende 49.680.000 euros e 51.115.000 euros em dezembro de 2020 e 2019, respetivamente, correspondente às cedências de fundos ao acionista EDA que vence juros conforme indicado na Nota 13. Adicionalmente, inclui eletricidade do mês de dezembro no montante de 3.389.318 euros e juros no montante de 53.245 euros (Nota 11).

ii) Outras partes relacionadas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a EDAR efetuou as seguintes transações com outras partes relacionadas:

Compras de produtos e serviços

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	101 511	16 493
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	-	41 150
	101 511	57 643

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldos credores		
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	29 443	2 786
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	-	9 330
	<u>29 443</u>	<u>12 117</u>

37 Gestão de Risco

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da Empresa a cada um dos riscos financeiros, bem como os seus objetivos, políticas e práticas para a mensuração e gestão desses riscos, e a gestão de fundos da Empresa em geral. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas divulgações de cariz quantitativo que complementam esta informação.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Empresa. Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Empresa enfrenta, para definir limites de risco e controlos adequados e para monitorizar a evolução desses riscos e a aderência da Empresa aos limites que se autoimpôs. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Sociedade.

a) Risco de crédito e liquidez

O risco de crédito resulta dos excedentes de fundos monetários gerados pela empresa, aplicados no âmbito da sua atividade de gestão de tesouraria que pode expor a Sociedade ao risco de crédito. Como princípio orientador, a Empresa concede empréstimos à sua Empresa-Mãe a partir do excedente de tesouraria obtido.

38 Disposições legais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

39 Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

133

O Contabilista Certificado

Assinado por : **CLÁUDIO MANUEL RAPOSO TORRES**
Num. de Identificação: BI053985940

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Assinado por : **NUNO HENRIQUE OLIVEIRA PIMENTEL**
Num. de Identificação: BI055232906

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Assinado por : **CARLOS ALBERTO RAPOSO BICUDO DA PONTE**
Num. de Identificação: BI023130245
Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Assinado por : **David Luís Ramalhinho Estrela**
Num. de Identificação: BI07292220
Data: 2021.03.31 14:14:28+00'00'

David Luís Ramalhinho Estrela

Assinado por : **Francisco Manuel Sousa Botelho**
Num. de Identificação: BI06084973
Data: 2021.03.31 14:54:36+00'00'

Francisco Manuel Sousa Botelho

Assinado por : **António Félix Flores Rodrigues**
Num. de Identificação: BI06275300
Data: 2021.03.31 15:06:50+00'00'

António Félix Flores Rodrigues

APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

137

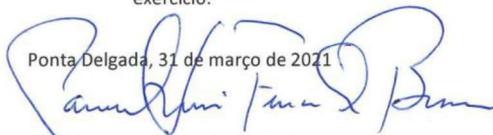
Senhores acionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da **EDA Renováveis, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:
 - (a) Aprovei o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e

UHY & Associados, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 31 de março de 2021


UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

140

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDA Renováveis, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 130.520.948 euros e um total de capital próprio de 113.000.122 euros, incluindo um resultado líquido de 9.951.164 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDA Renováveis, S.A.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

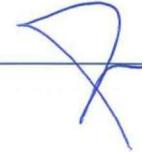
Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

UHY & Associados, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

UHY & Associados, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

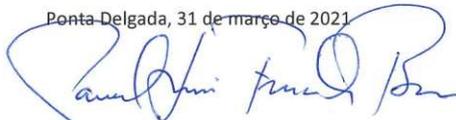
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 31 de março de 2021



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de EDA Renováveis, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 130.520.948 euros e um total de capital próprio de 113.000.122 euros, incluindo um resultado líquido de 9.951.164 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de EDA Renováveis, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de março de 2021

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Luís Pedro Magalhães Varela Mendes - ROC n.º 1841
Registado na CMVM com o n.º 20170024